



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

ATHOS MATHEUS DA SILVA GUIMARÃES

A DATA MAGNA PARAENSE NAS DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO:
"performatividade" e o esquecimento sobre o dia 15 de agosto no ensino e no espaço escolar.

ANANINDEUA-PA

2021

ATHOS MATHEUS DA SILVA GUIMARÃES

A DATA MAGNA PARAENSE NAS DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO:
"performatividade" e o esquecimento sobre o dia 15 de agosto no ensino e no espaço escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito

ANANINDEUA-PA

2021

ATHOS MATHEUS DA SILVA GUIMARÃES

A DATA MAGNA PARAENSE NAS DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO:
"performatividade" e o esquecimento sobre o dia 15 de agosto no ensino e no espaço escolar

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito

Data de Aprovação: __/__/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito
Orientador - Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dra. Eliana Ramos Ferreira
Avaliadora Externa - Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Avaliador Interno - Universidade Federal do Pará

Ao meu pai Abieze Emim Guimarães (*In
memorian*), que sempre me incentivou a lutar
pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Confesso que este é um dos momentos que pensei bastante durante o período em que estive iniciando o processo de construção e desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso. Uma das questões que sempre me preocupei é agradecer aqueles que me apoiaram durante a minha trajetória na Universidade Federal do Pará, sendo com ações singelas ou com ações decisivas. De qualquer maneira, mesmo pensando bastante, tenho certeza que cometerei o pecado de não conseguir agradecer a todas as pessoas que me ajudaram de alguma maneira, mas irei destacar as pessoas que surgiram na minha trajetória universitária e que foram importantes para mim em vários momentos.

Início os meus agradecimentos ao CNPQ pelo financiamento dado ao projeto de pesquisa que deu fruto ao meu artigo, sem este financiamento tenho certeza que sairia da universidade anos antes de concluir. É importante destacar de imediato essa instituição pois é uma das principais incentivadoras de projetos de pesquisas e de grandes resultados, dando a possibilidade de desenvolver investigações e possibilitando o fortalecimento da ciência no Brasil. Assim como eu, vários outros também se beneficiaram do financiamento desta instituição, assim podendo ingressar mais profundamente no mundo acadêmico. Agradeço muito ao CNPQ pelo investimento no projeto, mostrando a importância do investimento na ciência, em tempos tão obscuros é necessário sempre destacar o papel do CNPQ na sociedade brasileira. Viva a ciência no Brasil!

Aproveitando o gancho, quero agradecer ao meu orientador do projeto de pesquisa da iniciação científica (2017-2018) e do trabalho de conclusão de curso professor Adilson J. I. Brito. Agradeço imensamente por ter confiado a mim a investigação no projeto de pesquisa, principalmente nas orientações que me era dada e com elas pude amadurecer como pesquisador. Estas orientações me mostraram a importância do trabalho duro e comprometido a investigação, principalmente nas ciências humanas que possuem sempre o olhar de desconfiança da sociedade. A exigência sobre mim me estimulou a buscar conhecer mais sobre a minha área e mergulhar profundamente em leituras para entregar o melhor possível. Ao senhor, Professor Adilson Brito, o meu muito obrigado.

Aproveito para agradecer a Universidade Federal do Pará, lugar sem igual. Espaço de extrema convivência, de luta e aprendizado para além da sala de aula. Aprendi muito nesta instituição, principalmente a dar valor ao sentido público e democrático, estimulando a lutar cada vez mais para que as pessoas possam acessar esta importante instituição que prezo muito. Eu fui discente de História no campus de Ananindeua, campus novo e uma faculdade que estava

iniciando suas atividades, mas isso não significa que não há pessoas trabalhando intensamente neste espaço. Quero agradecer a todos os técnicos e servidores deste campus que estavam sempre dispostos ajudar quando eu solicitava. Faço um destaque aos servidores Mateus Reis (Secretário da Faculdade de História), Alexis, Erik, Josué, Jânio e Wanderson, estas pessoas estão sempre dispostas a ajudar quando necessário.

Faço um agradecimento especial a coordenação do Campus Ananindeua, tanto na gestão da professora Edilza Fontes, a primeira coordenadora do campus universitário em Ananindeua, e ao professor Francivaldo Nunes, coordenador do campus de Ananindeua (2016-2020). Dou destaque ao professor Francivaldo Nunes que atuou para além de um coordenador de gabinete, esteve sempre próximo dos discentes quando necessário e buscava ajudar da melhor forma possível tanto no aspecto das atividades da instituição, como também nas necessidades pontuais dos discentes. Vindo de origem humilde, acredito que sua preocupação aumentava com alunos e alunas vulneráveis financeiramente. Durante estes quatro anos de universidade, o professor Francivaldo Nunes me deu diversos conselhos para sempre estar trilhando e se dedicando na carreira acadêmica, buscando me incentivar a fazer o melhor na minha área. Da mesma forma que o professor se revelou um grande amigo, principalmente na minha maior dificuldade que foi a perda de meu pai. Me orientou e me deu palavras de conforto neste momento tão conturbado. Ao professor Francivaldo Nunes o meu eterno agradecimento.

Agradeço a faculdade de História do campus de Ananindeua, que apesar da dificuldade de começar recentemente um curso, buscou o melhor possível e mostrou um grande profissionalismo por parte dos docentes e secretário. Além dos docentes Adilson Brito, Francivaldo Nunes, Edilza Fontes e o secretário Mateus Reis que já fiz meus agradecimentos, desejo agradecer a todos e todas docentes que são: Siméia Lopes (Primeira coordenadora da faculdade de História), Wesley Kettle, Wesley Garcia, Sidiana Macedo, Sueny Oliveira, Carlos Bastos e Anna Linhares. Demonstraram sempre estar aptos e atentos às necessidades dos discentes, porém respeitando a autonomia de cada um. Aproveito e dou destaque a dos docentes que não são fazem parte da faculdade de História de Ananindeua, mas foi importante neste processo de formação, meu agradecimento ao professor Carlos Leandro Esteves (UFPA-Cametá)

Quero agradecer a minha turma de 2016 e ao grupo Ananins, todos vocês são importantes e contribuíram para este momento. Caminhamos juntos e passamos por vários perrengues durante este processo, perrengues que nos fortaleceram e fizeram da gente pessoas mais maduras. A turma de 2016 foi a primeira turma de história do campus de Ananindeua, sendo tudo uma novidade para cada um; lembro da recepção calorosa que realizaram para

agregar a todos na turma, principalmente para fortalecer a caminhada juntos. Me alegro e me considero uma pessoa de sorte por ter sido colega e amigo de cada um de vocês neste momento da vida, ensinando e aprendendo com cada um. Como sempre gostei de destacar em várias oportunidades em que podia falar: é uma honra ter tido vocês como colegas e amigos nesta trajetória de minha vida.

Durante estes quatro anos pude consolidar amizades e ver o sentido de lealdade e companheirismo. Quero fazer um agradecimento muito especial a quatro pessoas que a universidade me proporcionou a conviver, são eles: Eriky Mesquita, Clodoaldo dos Santos (Mestre clod), Wendell Cordovil e Layane Santos. Eriky foi uma pessoa fundamental e grande amigo que me ajudou a me instalar logo nos primeiros anos da universidade. Clodoaldo dos Santos, o grande mestre clod, é uma pessoa que me estimula a ser grande e lutar sempre pelo melhor, um amigo que me ensina diversos aspectos da vida. Wendell Cordovil que esteve sempre disposto a me ajudar em momentos de dificuldades, aprendi muito contigo, principalmente a sempre ser dedicado e companheiro, tenha a certeza que sou muito grato a tudo que fizeste por mim. Agora faço um destaque muito especial a Layane Santos, uma grande amiga que a universidade me deu, companheira dos diversos roles possíveis (risos). Mas também grande amiga que pude contar para tudo, principalmente sendo ela carinhosa, atenciosa, disposta a ajudar no que for preciso, sempre com os melhores conselhos, companheira e dentre outros elementos que poderia destacar em diversas laudas. Aprendi muito contigo amiga, tenha certeza que sou grato por tudo que fizeste por mim, por isso do meu grande carinho. Da mesma forma que meu carinho é grande por cada um que citei anteriormente. A todos vocês, minha eterna gratidão por terem me aceito como amigo e estarem ao meu lado.

Agora destacar a figura de meu pai (*In memoriam*), um homem que me ajudou muito a lutar pelas coisas que eu acredito. O jeito dele não ajudava muito a se aproximar de forma mais carinhosa, ou dele mostrar afeto como aqueles pais de comerciais de margarina da televisão, mas sei que amava tanto a mim quanto meu irmão. Lutou muito por nós, errou como qualquer ser humano está disposto a errar, buscou acertar como qualquer um nessa vida. No final das contas um dos maiores desejos dele era que meu irmão e eu fôssemos felizes nas escolhas que fizéssemos para as nossas vidas. Infelizmente ele não está mais entre nós para ver seu filho se formando e seguindo a vida na luta pelos sonhos. Sei que o senhor está me vendo e vigiando, desaprovando algumas ações como de costume (risos), mas torcendo para dar certo os nossos planos. Pai, muito obrigado por tudo o que senhor fez pela gente, tenha certeza que o tempo acelerado não fará apagar as memórias que eu tenho do senhor. Sempre lembrei da sua luta, por isso sou eternamente grato.

Quero agradecer ao meu grande amor, Miguel dos Santos Guimarães. Meu filho que veio nascer justamente no dia em que se comemora o dia do historiador, dia 19 de agosto, possivelmente a confirmação da escolha certa para a profissão. Você é uma das minhas maiores riquezas que poderia ter, para você me dedico para conquistar o melhor. Mesmo em tempos tão pesados e escuros, o teu sorriso vira meu farol que dissipa a escuridão. Te amo demais, meu grande amor.

Agora quero dar destaque a mulher que me fez estar aqui, que lutou para a realização dos meus sonhos. Dona Eliana da Silva, de Baião, mulher, guerreira, trabalhadora, lutando dia após dia para dar o melhor pros filhos, avó, minha mãe. Minha mãe é minha maior inspiração de vida, pois ela diariamente levanta cedo para lutar por algo melhor; e apesar de várias adversidades que vida nos dar, mesmo assim ela está sorrindo. Gosta de falar bastante, puxar bastante as orelhas de todos, mas tudo isso são amostras do seu amor e preocupação. Jamais minha mãe deixou de me apoiar nos meus sonhos, mesmo sabendo das dificuldades em realizar muitos deles. Minha mãe diz que devemos lutar por aquilo que acreditamos e amamos, pois são parte da gente, deixar de lutar pelas coisas que acreditamos é deixar de lutar pela gente. Gosto de quando ela diz que já somos pobres demais para ficar dando o luxo de desistir, para o pobre o que resta é lutar. Mãe, tenha a certeza que eu luto por tudo que eu acredito e por todos que eu amo. O que eu aprendi com a senhora em lugar nenhum poderá me ensinar nessa vida. O homem que sou é graças a senhora. Mãe, eu sou eternamente grato à senhora.

A Data Magna paraense nas dinâmicas da globalização: "performatividade" e o esquecimento sobre o dia 15 de agosto no Ensino e no Espaço escolar.¹

Athos Matheus da Silva Guimarães²

Resumo: O objetivo deste trabalho é expor os resultados obtidos na investigação sobre o esquecimento da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” no ensino e no espaço escolar. A primeira abordagem deste trabalho foca na perspectiva das dinâmicas entre o global e o local como influências nas transformações da educação brasileira, remodelando o sistema educacional brasileiro para uma percepção performativa sob os discentes, e que propicia influências no planejamento e no desenvolvimento de aulas sobre o local. A segunda abordagem trabalha com o esquecimento sobre memórias históricas locais em espaços escolares de nível médio a partir da presença de avaliações externas. O espaço escolar utilizado para essa investigação foi a Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Antônio Gondim Lins, localizado no município de Ananindeua/ PA. Analisamos os documentos fornecidos pela direção da escola, como o Programa Político Pedagógico (PPP) e os livros didáticos usados por esta instituição, com o objetivo de analisar o histórico desta instituição, como também a escolhas de materiais e seus conteúdos que foram aplicados em sala de aula. Aplicamos questionário nas turmas deste estabelecimento para realizar uma observação quantitativa sobre o conhecimento destes discentes sobre a Data Magna, como também uma análise qualitativa sobre o envolvimento destes alunos e da escola com este feriado.

Palavras-chave: Ensino de História. Ensino Médio. Globalização. Identidade Nacional. Memória Histórica. Livro didático. Data Magna.

¹ Este trabalho é um dos produtos do Projeto de Pesquisa “Adesão do Pará à Independência: memória e ensino de História”, no período de 2017 a 2018, desenvolvido na Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Ananindeua, com recursos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq). Este projeto foi coordenado pelo Professor Dr. Adilson Brito (UFPA). Um esboço deste trabalho foi apresentado em formato de pôster e sendo premiado no 30º Simpósio Nacional de História - SNH, realizado na cidade de Recife – PE em 2019.

² Concluinte do curso de Licenciatura em História do Campus universitário da UFPA localizado no município de Ananindeua.

1. Introdução

A globalização faz presença em diversos setores políticos, sociais, culturais, econômicos e dentre outros, como é o caso da educação. A educação é uma das pautas mais frequentes em discussões no âmbito internacional no que trata a organização e o desenvolvimento para atender os interesses e as necessidades do mercado (LOPES; LÓPES, 2010). O objetivo das pautas assíduas sobre a educação está atrelado aos interesses deste setor servir como um produto lucrativo (BALL, 2004). As discussões não estão no campo ético e humano, mas estão alocados no interesse do mercado internacional de obter eventuais lucros com a educação (BALL, 2004; LOPES; LÓPES, 2010). Uma das marcas deste processo é o desenvolvimento da “performatividade” no sistema educacional, visando a formação do alunado como trabalhadores com as qualidades para atender as necessidades do mercado de trabalho (BALL, 2004; LOPES; LÓPES, 2010). Podemos identificar essa questão no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sendo aplicado anualmente como método de avaliação de habilidades e competências do alunado brasileiro; também sendo utilizado como marcador de qualidade das escolas brasileiras e servindo como referencial de planejamento e preparação de aulas por parte dos docentes (LOPES; LÓPES, 2010). O objetivo traçado para educação a partir dos elementos apontados é organizar a educação e a escola como espaço de preparação do alunado para o mercado de trabalho, transformando o espaço escolar como formador de trabalhadores e não oportunizando aulas que auxiliem os discentes para a cidadania, ética e para a vivência na sociedade. A partir deste cenário, como as identidades e as memórias coletivas podem ser discutidas no espaço escolar? Como as memórias coletivas de uma dada região podem ser alocadas em um espaço escolar de nível médio inserido nestas questões de nível global?

Esses questionamentos estão ligados às reflexões desenvolvidas sobre a Data Magna do Estado do Pará construída para servir como elemento de fortalecimento da identidade nacional a partir do regional, principalmente na tentativa de contribuir para a fomentação do “ser paraense”. A efeméride paraense foi selecionada e moldada, segundo consta o projeto do então deputado estadual Zeno Veloso, para servir como uma comemoração para o desenvolvimento da identidade regional, numa busca de fortalecer o “ser paraense” (ALEPA, 1996). Essa memória histórica apresenta a narrativa do processo da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, utilizando da perspectiva central deste processo historiográfico de um grande acordo pacífico entre os sujeitos políticos da capital da província do Grão-Pará para aderir ao projeto da Independência que estava em curso, oriundo do Rio de Janeiro.

Essa data comemorativa demonstra, anualmente, uma peculiaridade: a falta de grandes comemorações nas ruas. Não é visível a euforia dos sujeitos com essa data comemorativa, havendo uma ausência de um sentimento de festividade nas pessoas em relação ao feriado e sendo um dia que pouco se vê manifestações contundentes em relação à Data Magna. Geralmente este dia resume-se a um professor convidado para fazer breves comentários em periódicos do estado sobre o tema, como também o dia proporciona o fechamento de estabelecimentos privados e públicos. Todavia a sociedade não se sente seduzida a sair às ruas e comemorar, não havendo grandes euforias ao ar livre. Apesar de ser uma data comemorativa, uma data tida como regional, ela não possui ligações sólidas com a população para mobilizar os sujeitos a comemorarem no dia em questão. Quais são as razões dessa data comemorativa não ter tanta relevância ao ponto de não causar euforia no dia 15 de agosto? Uma hipótese para essa ausência de manifestações em relação à Data Magna do Estado do Pará pode estar vinculada a falta de publicidade nas salas de aulas sobre o processo histórico que fundamenta a data comemorativa, ocasionando o esquecimento sobre a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”.

Para contribuir nesta discussão selecionamos o espaço escolar para entender a construção de identidades de nível regional, o espaço escolar selecionado foi a Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Antônio Gondim Lins, localizada no município de Ananindeua-PA. Essa escola atende jovens e adolescentes que estão frequentando o nível médio; razão desta escolha também está ligada ao fato do projeto de lei apresentada na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) apontar a necessidade do desenvolvimento de atividades sobre a “Adesão do Pará à Independência do Brasil” no espaço escolar como uma maneira de resguardar a memória histórica fomentada para ser comemorada (ALEPA, 2019). Além disso, o principal objetivo é entender o esquecimento sobre a Data Magna do Estado do Pará nesse espaço escolar de nível médio.

A pesquisa escolar foi realizada a partir de análises documentais fornecidas por essa instituição, como também aplicamos questionários nas turmas desta instituição. A escola Prof. Antônio Gondim Lins possui turmas do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio, realizando essas atividades na parte da manhã e também no período da tarde. Os questionários foram aplicados para as turmas do segundo e terceiro ano, tanto nas turmas da manhã, como também do período da tarde, com o intuito de identificar o conhecimento históricos desses alunos com a efeméride paraense, como esses sujeitos entendem a existência da Data Magna na região, se aconteceram debates sobre o dia 15 de agosto em algum momento que estiveram presentes nesta instituição escolar e suas percepções sobre a data comemorativa.

Para contribuir no desenvolvimento desta pesquisa, analisamos documentações fornecidas pela escola. A primeira documentação é o Projeto Político Pedagógico (PPP) que permite conhecer a trajetória daquela instituição, o momento de sua construção e os objetivos que levaram a sua idealização. A segunda documentação são os livros didáticos utilizados por essa instituição. Foram duas coleções utilizadas durante o período da investigação nesse espaço escolar. A primeira coleção atendeu essa escola durante os anos de 2015 a 2017 enquanto a segunda coleção atendeu esse espaço escolar durante os anos de 2018 a 2020. Os livros didáticos são objetos importantes para esta investigação, pois são ferramentas que são moldados a partir das percepções governamentais, principalmente a partir do Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD). Vinculado a isso estão as leituras e as orientações dadas por grupos internacionais, a partir das Fundações Culturais, sobre a organização educacional também contribuem para o desenvolvimento da educação. Vinculado a isto estão o mercado editorial que desenvolve suas coleções a partir das metas de obtenção de lucros com seu principal comprador, o Estado.

Os dois primeiros pontos serão desenvolvidos reflexões sobre o mercado de trabalho e as organizações internacionais no momento de definição das habilidades e competências necessárias que os discentes necessitam possuir. Como também será apresentado questões sobre as avaliações em larga escala, a formação de um perfil performático educacional para o Ensino Médio brasileiro e a contribuição desses aspectos performáticos para o esquecimento do “lugar de memória” Data Magna. No terceiro momento deste trabalho apresentaremos a parte estrutural da escola Prof. Antônio Gondim Lins, o aluno que atende e as comunidades que estão ligadas com esta instituição escolar, principalmente apresentando os aspectos que formam a comunidade escolar, especialmente pelo fato desta instituição não estar destacada da vida dos discentes e das comunidades que a cerca. No quarto ponto, será apresentado os resultados dos questionários respondidos pelos discentes, demonstrando suas percepções sobre a data magna e mostrando, a partir das respostas, panoramas do que vivenciaram no espaço escolar. Por último, mas não esgotando a discussão, será apresentado a coleção de livros didáticos utilizados por essa comunidade escolar, observando como o regional e o local foram construídos nessas coleções que demonstram estarem dispostas a servirem como referência bibliográfica para a realização do Enem.

2. A presença da globalização na organização educacional

A educação, seja pública ou privada, recebeu ressignificações nos últimos anos por aspectos ligados à globalização (LOPES; LÓPES, 2010). Esses aspectos estão ligados a reflexões políticas, culturais, econômicas e também no âmbito social. A educação é colocada em reflexão por esses aspectos a partir da sua relevância perante a sociedade, principalmente o fato de estar lidando com crianças, jovens e adolescentes no processo de formação, como também na trajetória de vida que vários discentes idealizaram após a sua participação no Ensino Médio.

Por conta do movimento global nas relações pessoais e institucionais, a análise sobre a educação dificilmente ficará restringida apenas no âmbito local, pois a educação se tornou um ponto frequente em discussões no âmbito econômico, mobilizando diversos agentes internacionais (BALL, 2004; LOPES; LÓPES, 2010). Organizações internacionais e Fundações Culturais, ligados a grupos empresariais de multinacionais, fortaleceram a sua presença ao longo dos anos refletindo e organizando planos e metas para o desenvolvimento educacional, contribuindo para alterações na organização da educação (AVELAR; BALL, 2017). Avelar e Ball (2017) apontam que os planejamentos e a introdução de políticas públicas estão cada vez mais ligadas às orientações internacionais a partir das fundações culturais, ou a “nova filantropia”, no desenvolvimento educacional. Os autores ainda pontuam que as distâncias que havia entre o Estado e os grupos empresariais, a partir das fundações culturais, vão sendo superadas a partir do envolvimento de agentes públicos, ou que já tiveram algum cargo público, nas discussões que as fundações proporcionam a partir de eventos sobre educação. Assim, a participação de fundações culturais na organização educacional tende a contribuir para o fortalecimento de uma padronização da educação, influenciando nos elementos que compõem a escola, como os livros didáticos, a estarem voltados para as orientações que são apresentadas como caminhos para o desenvolvimento educacional da região.

A globalização é um ponto para entendermos as mudanças que foram introduzidas no espaço escolar, principalmente no que tange a tentativa de uma padronização educacional e também no processo de alinhamento internacional na maneira como é organizada a educação. Mais especificamente, é importante destacar a participação do setor privado no desenvolvimento de diretrizes e de metas para a organização educacional, principalmente tendo a participação de agências multilaterais nesse processo de formação da educação e do espaço escolar (BALL, 2004; LOPES; LÓPES, 2010). Nesse movimento global que faz presença em diversos setores, como a educação, diversas empresas almejam sua participação na conquista

de espaços que possam realizar as privatizações do setor público, realizando a prestação de serviços na área educacional com vendas de materiais, capacitação dos docentes, etc., almejando a conquista de negócios e lucros com a prestação de atividades (BALL, 2004).

Essas movimentações propõem a ressignificação da participação do Estado na organização e realização da educação na região. Não descartando a sua presença, por hora a diminuindo, pois, ainda muito interessa o financiamento por parte de governos nacionais em serviços que as empresas privadas realizarão (BALL, 2004). É importante observar estas questões a partir da ideia, como apontou Stephen Ball (2004), da dinâmica entre o global e o local no processo de organização de serviços por parte do Estado, em simultâneo, havendo a participação do setor privado no desenvolvimento dessas atividades (BALL, 2004; LOPES; LÓPES, 2010). O Estado terá sua participação ressignificada, ocorrendo a troca de funções, tirando o Estado como um agente provedor para uma presença avaliadora dos serviços prestados (LOPES; LÓPES, 2010). A presença desses órgãos, além de tanto outros, na educação é condicionada ao fator econômico, pois com as novas demandas surgindo no mundo do trabalho, as mudanças nas relações econômicas, exigem alterações na formação do discente; principalmente quando “surgem novas exigências em relação às competências e habilidades entendidas como necessárias ao trabalhador capaz de se inserir no mundo trabalho em mudanças cada vez mais aceleradas” (LOPES; LÓPES, 2010, p. 92). Esta questão atinge a todos da comunidade escolar, principalmente os docentes que são exigidos, de uma maneira discreta ou direta, a auxiliar na formação desses discentes como trabalhadores que estejam alinhados com as necessidades apontadas pelo mercado de trabalho e pelo sistema econômico (CERRI, 2004; LOPES; LÓPES, 2010).

Sendo assim, a educação é introduzida e organizada também a partir da lógica do mercado de trabalho, a serviço da preparação de jovens e adolescentes para atender às novas exigências que surgem, como também este mesmo sistema financeiro atua na tentativa de diminuir a presença do Estado neste processo de organização educacional (LOPES; LÓPES, 2010). Essa perspectiva demonstra que o sistema educacional, o espaço escolar e a comunidade escolar são direcionados a atuarem como sujeitos a serviço do mercado, principalmente os estimulando a participarem de processos avaliativos que analisam as habilidades e as competências de cada discente, como também outras avaliações que servem para verificar a atuação das escolas e os introduzido em uma espécie de *ranking*. Como aponta Dametto e Esquinsani (2015) sobre o surgimento desses *rankings* ligados a perspectiva da demonstração de qualidade e eficiência de cada escola, principalmente por conta dos resultados dos discentes em participações em avaliações nacionais serem divulgadas e utilizadas como comparações

entre os serviços educacionais e alimentando disputas entre instituições escolares na busca de apresentar o melhor serviço e atrair alunos para sua instituição.

Outra dimensão dessa globalização educacional é a introdução de avaliações de habilidades e competências que os discentes devem possuir na lógica educacional voltada para o setor financeiro. Uma das características dessa dinâmica global é a introdução da “performatividade”, principalmente condicionando discentes, docentes e as escolas num processo avaliativo (BALL, 2004; LOPES; LÓPES, 2010). Alicia Lopes e Silvia López (2010), como também Stephen Ball (2004), apontam que essa característica da “performatividade” apresenta as exigências elencadas para a formação de um trabalhador alinhado aos interesses do mercado e também aos processos avaliativos que são utilizados para averiguar o nível educacional da região.

É possível observar esta característica no processo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principalmente proporcionando a avaliação da performance do aluno brasileiro, especialmente tendo suas notas servindo como base para avaliar os discentes e sendo utilizada como um dos marcadores de eficácia das escolas brasileiras. Este certame se tornou uma base de referência para a introdução dos desempenhos necessários para a vida dos discentes atrelados às necessidades que o mercado apresenta (LOPES; LÓPES, 2010). Ligado a isto, as avaliações em massa ou em larga escala, como é o caso do ENEM, desencadeia a competitividade entre sujeitos e instituições escolares, e a perspectiva da preparação dos discentes para estes certames, como também essas provas servem como indicador de desempenho para as diversas empresas analisarem o desenvolvimento do sistema educacional da região (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015; ESQUINSANI, 2010; ZANCHET, 2003;

O ENEM é utilizado como referência, a partir dos resultados dos discentes, como um parâmetro nos métodos a serem implementados ou alterados no espaço escolar, atrelado nas reflexões produzidas para a educação, tanto em um aspecto global, quanto nacional (LOPES; LÓPES, 2010). Nesse processo, as relações educacionais e o entendimento dado ao ensino são reformulados para serem condicionados à lógica do mercado, principalmente redefinindo a educação para o cumprimento de metas que serão estabelecidas (BALL, 2004). Desta maneira, pode haver uma padronização da educação no objetivo de cumprir as metas e os objetivos traçados. O ENEM se torna um agente que influencia a educação e a comunidade educacional, sendo utilizado como indicador de qualidade e eficiência que os discentes necessitam obter e reverberando sua presença na construção de currículos e outras espécies de avaliações (CARNEIRO, 2012; CERRI, 2004; LOPES; LÓPES, 2010; ZANCHET, 2003).

A construção da educação e dos conteúdos que serão levados para a sala de aula tem sido reformulado. Com o objetivo de atender as orientações dadas pelas instituições internacionais e pela presença do ENEM, diversos assuntos de cunho regional de alguns estados são deixados de lado para a formação dos discentes vinculados aos interesses postos no campo educacional. O ENEM se tornou uma referência para a formação dos discentes que almejam uma formação superior, principalmente realizando a avaliação no final do Ensino Médio. As avaliações em massa também influencia no planejamento e na atividade docente, pois essas provas também serão utilizadas para determinar o sucesso ou fracasso do docente a partir dos resultados obtidos pelos discentes nesses certames, deixando de lado a subjetividade do professor para cobrar a melhor preparação do aluno para essas provas (BALL, 2004; CERRI, 2004; ESQUINSANI, 2010; LOPES; LÓPES, 2010; ZANCHET, 2003). Assuntos considerados não necessários para a formação aos anseios do mercado e que também não estão presentes nas avaliações do Enem, são deixadas de lado ou colocadas em segundo plano para serem eventualmente apresentados em sala de aula, como são os casos de acontecimentos de regiões que estão fora do eixo Centro-Sul.

3. Dinâmicas da performatividade e o ensino de História

As dinâmicas do global e local proporcionam a formação de avaliações e orientações da maneira como a educação pode ser mais “rentável”, principalmente quando o assunto é a formação de discentes para o mercado de trabalho, como apontado anteriormente. Desta maneira, os olhares direcionados para a educação não estão centrados em questões somente pedagógicas, mas estão focados na introdução das alterações almejadas para a educação (PACHECO; PESTANA, 2014). A educação brasileira também está inserida nessas dinâmicas da globalização, principalmente ao moldar as estruturas educacionais para estar alinhado com as orientações internacionais. Desenvolve, paulatinamente, seus alicerces para esta conforme as decisões tomadas pelos órgãos internacionais e dentre outros grupos que colocam como pauta o sistema educacional. Segundo Oliveira (2019) o interesse de organizações internacionais e de grupos empresariais na área educacional é na percepção de que a educação é um produto que pode ser comercializado, uma amostra do desdobramento da globalização sob a educação e as concepções sobre o ensino ser um serviço que pode ser tratado como um produto a ser

negociado.³ Instituições financeiras — a partir do aporte empresarial — fortalecem a sua presença no setor educacional, almejando a conquista de lucros financeiros a partir das negociações e prestações de serviços voltados para a educação, desde projetos de formação continuada de professores à comercialização de materiais apostilados para as escolas públicas (OLIVEIRA, 2009). As orientações dadas por instituições internacionais, como *Programme for International Student Assessment* (PISA), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial do Desenvolvimento e dentre outros, refletem na maneira como os órgãos nacionais constroem as bases da educação e as metas que desejam alcançar. Incluindo neste processo, as medidas apontadas por órgãos internacionais e por empresas privadas geram influências sobre as estruturas que deverão implementar ou mudar no cenário educacional (CERRI, 2004; ZANCHET, 2003).

Essas dinâmicas entre o global e o local permitem o fortalecimento de um modelo performático, principalmente introduzindo avaliações de habilidades e competências dos alunos, docentes e da comunidade escolar em geral, transformando o espaço escolar como preparatório para os certames que possibilitam o ingresso do discente em universidades públicas. É o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como um modelo de avaliação do Ensino Médio brasileiro (CARNEIRO, 2012). No ano de 2013, às notas no ENEM passaram a ser utilizadas como porta de entrada para várias universidades públicas (INEP, 2019). O ENEM foi desenvolvido para satisfazer o desejo de avaliar o Ensino Médio, sendo utilizado como ferramenta para auxiliar o Ministério da Educação (MEC) nos ajustes educacionais a partir dos resultados obtidos pelos discentes que participavam (CARNEIRO, 2012; HILÁRIO, 2008).

Desta maneira, o ENEM ganhou mais influência na escola pública ao longo dos anos, principalmente quando as universidades públicas passaram a adotar suas notas para o ingresso na instituição⁴. Essa presença do ENEM acarreta outras implicações para além do ingresso

³ O autor aponta este processo como característica da mercantilização educacional, principalmente partindo do pressuposto básico de que a Educação deixa de possuir a concepção de um direito de todos para ser um serviço que pode ser negociado. A mercantilização educacional é um desdobramento da concepção da educação como um produto ou serviço, principalmente a partir da possibilidade de transformar esse setor em um negócio a obter lucros financeiros; desde a prestação de serviços por parte das empresas — desde consultorias à formação e profissionalização da gestão escolar —, como também a participação de instituições financeiras na organização dos sistemas educacionais.

⁴ A partir do ano de 2009, segundo Carneiro (2012), o ENEM foi fortalecido no sistema educacional e na sociedade a partir da utilização das notas conquistadas nessa prova como requisito para ingressar em instituições públicas de nível superior - a partir do Sistema de Seleção Unificada (SISU) -, com o discurso de “democratização no acesso ao ensino superior público”. Até então eram utilizados vestibulares organizados pelas próprias universidades públicas. Com este fortalecimento, a organização educacional e a mobilização dos objetivos voltaram suas atenções para este processo seletivo, principalmente utilizando os resultados como critério de qualidade. É algo que também estará presente na escola Antônio Gondim Lins, como é apresentado na fala do docente desta

Ensino Superior, esse exame provoca mudanças nos comportamentos da comunidade escolar, principalmente no objetivo de preparar estes discentes para a realização dessa avaliação. O ENEM também serve como um marcador de performance tanto dos alunos, quanto das escolas. As notas obtidas pelos alunos neste processo de avaliação são utilizadas pelas escolas como uma maneira de certificar a qualidade do espaço escolar (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015). Não somente o ENEM, mas também outros métodos de avaliação educacional, como utilizado pelo PISA, para estabelecer os mais qualificados, assim transformando o sistema educacional numa corrida para a melhor colocação em *rankings* (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015; LOPES; LÓPES, 2010).

Outra influência está no papel docente, principalmente direcionando suas atuações em sala de aula para preparar os discentes para essas avaliações em massa, como também para adequar os alunos para as exigências do mercado. Isso também atrelado a performatividade e a perspectiva do mercado sob o espaço escolar, principalmente influenciando na maneira como os docentes vão trabalhar no ano letivo na formação dos discentes (LOPES; LÓPES, 2010). A utilização de testes como metodologia de observar o desenvolvimento dos alunos e introduzir de maneira normativa as avaliações de desempenho do alunado, proporciona a ideia de que os resultados são mais importantes na formação dos discentes, deixando em segundo plano as preocupações do aprendizado dos alunos (PACHECO; PESTANA, 2014).

A centralização nos resultados que os discentes conquistam com as avaliações também reflete na atuação docente no espaço escolar. Os resultados, no caso as metas a serem alcançadas, são utilizados para determinar se as performances dos discentes foram bem-sucedidas. Esses resultados servem como avaliador do desempenho do docente, principalmente se ele foi capaz de preparar os alunos para estes certames. Desta maneira, ao definir a qualidade da educação e performance dos discentes a partir dos resultados alcançados contribui para a limitação do docente no espaço escolar e na organização da educação pública, visto que o interesse no papel do professor e da professora, neste cenário, é apenas formar o aluno com bases técnicas para a melhor participação nos processos avaliativos (CERRI, 2004; ESQUINSANI, 2010; PACHECO; PESTANA, 2014; ZANCHET, 2003).

As dinâmicas desenvolvidas na educação a partir da performatividade propiciam o direcionamento das atenções para as metas a serem alcançadas a partir dos resultados que poderão ser conquistados nos processos avaliativos, gerando mais atenção nos resultados dos

instituição a partir da preocupação de alinhamento da seleção dos conteúdos a partir da preparação para o ENEM. A partir de 2009, as características e a importância dada ao ENEM refletirá nos comportamentos dos docentes e na preparação dos discentes.

testes, no que uma preocupação com a aprendizagem. Essas avaliações proporcionam diversas classificações de escolas e países em *rankings*, assim possibilitando a organização do currículo para atender a estes interesses postos pelo mercado sob a educação (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015; PACHECO; PESTANA, 2014; ZANCHET, 2003) influenciando outros elementos que fazem parte da escola pública, como o livro didático que é moldado para um perfil performático educacional, havendo a organização dos conteúdos direcionados para as avaliações de desempenho. O currículo também passa a ser adaptado às expectativas construídas pelo mundo do trabalho na capacitação dos discentes a partir das habilidades e competências básicas. Esses processos avaliativos de performance, como o ENEM, proporcionam influências na construção do currículo, na atuação do docente e nos assuntos que o aluno deverá conhecer para estar capacitado para as exigências da sociedade competitiva e globalizada. O foco nos resultados como indicador de qualidade estimula a standardização na forma de aprender e ensinar, na padronização que o mercado aponta ser necessário, principalmente transformando a educação num modelo "eficientista", principalmente introduzindo esse aspecto no que aprendem e os resultados obtidos (CARNEIRO, 2012; HILÁRIO, 2008; PACHECO; PESTANA, 2014; ZANCHET, 2003).

A escola e a educação tornam-se mais restritivas com a padronização da performatividade. A introdução de metas a serem alcançadas pela escola, algo semelhante à lógica empresarial, possibilita a limitação da atuação docente, a padronização do currículo escolar dentro de uma perspectiva performática, como também o estabelecimento da padronização do que aprender e do que ensinar. Não podemos perder de vista o fato da normatização das avaliações, alimentando a crença de que o principal objetivo da educação, da atuação docente e da razão dos discentes irem à escola é a de conquistarem resultados satisfatórios nesses processos avaliativos, como é caso do ENEM, tornando esses resultados como marcadores de qualidade e eficiência da educação e das escolas (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015; PACHECO; PESTANA, 2014).

Com a padronização do currículo pelo próprio ENEM, da atuação docente e do que aprender, aspectos regionais e locais são colocados em xeque a partir das seleções dos conhecimentos necessários para os discentes estarem aptos a realizarem processos avaliativos. Questões de cunho regionalista tendem a ficarem enfraquecidas em um contexto no qual existe a desterritorialização dos vínculos com o lugar e com a região, na tentativa da padronização do conhecimento e a introdução da necessidade de estar apto às exigências que o mercado aponta.

3.1. O ENEM, o Ensino Médio e a Data Magna

O desenvolvimento do Ensino Médio brasileiro, atualmente, está ligado à organização das disciplinas em áreas de conhecimento, reunindo todas as disciplinas em áreas específicas e ligadas às tecnologias. Os currículos são elementos importantes para entendermos as concepções que os diversos agentes ligados à educação, principalmente leituras que realizam sobre culturas, sociedade, política, economia e outros elementos possíveis de serem tratados na educação (CERRI, 2004). A preparação desses discentes no Ensino Médio é de estarem inseridos nesse processo globalizado, principalmente introduzidos na adequação de suas habilidades e competências direcionadas para a preparação voltada para avaliações externas. Dessa maneira, os docentes e outros sujeitos presentes no espaço escolar devem formar e “adequar” o alunado para esta realidade, principalmente para poderem estar inseridos aos ritmos impostos pelos objetivos ligados a performatividade (CERRI, 2004; HILÁRIO, 2008; ZANCHET, 2003). Como aponta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017, p.13):

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

A BNCC apesar de destacar ao longo de suas páginas a liberdade docente de selecionar e construir as suas aulas, porém já possui as bases teóricas e as metodologias prescritas, já são selecionadas para a disciplina história nas Ciências humanas e para o alunado do Ensino Médio brasileiro; a liberdade é dada até o momento em que pode interferir nos objetivos traçados para o Ensino Médio, dando a responsabilidade ao docente de apenas formar e executar os planos construídos, principalmente o responsabilizando pelo sucesso ou fracasso do sistema educacional. As avaliações de desempenho, como o ENEM, analisam os discentes a partir das habilidades e competências que são exigidas por esses certames a partir do Estado, de órgãos internacionais, fundações culturais e dentre outros grupos envolvidos na educação. Essas provas são consideradas essenciais para coordenações escolares e do corpo docente escolar para a organização do ano letivo e dos objetivos traçados (CERRI, 2004; ESQUINSANI, 2010; ZANCHET, 2003).

Para Santos (2004), as avaliações em larga escala não permitem a introdução de métodos pedagógicos que estejam para além da lógica de espaços de preparação de discentes para certames, pois a busca de bons desempenhos nessas provas exige a padronização do que aprender e do que ensinar, como também o foco direcionado exclusivamente para esses processos avaliativos. Planejamentos, aulas, atividades e dentre outros métodos que não estejam vinculados a essas provas são deixadas de lado pelos discentes e pelos docentes. Assuntos relacionados a processos históricos sobre uma dada região também são descartados visto que não fazem parte do processo de avaliação de desempenho. Em entrevista, um dos docentes⁵ da Escola Prof. Antônio Gondim Lins aponta que (2018):

(...), Mas, eu confesso também que... pouco se trabalha ou se dá a ênfase que se deveria a este acontecimento de suma importância na história do Pará. Às vezes o próprio sistema também não alavanca muito, né? Se a gente for ver como a escola tem o papel de estar realmente com o ENEM, o ENEM não dá [ênfase] às revoltas. Até mesmo a Cabanagem, pouco se é cobrado, com o ENEM. Quando se tinha o sistema de vestibulares locais, a gente via mais [esses conteúdos] do que no ENEM. Até mesmo bibliografia é muito pouco. Até informação também é pouca, muito escassa, que nós temos de um assunto tão relevante do que foi esse episódio, esse fato da Adesão do Pará.

O ENEM,⁶ influencia na maneira como a escola e a comunidade escolar se comporta diante da organização dos seus conteúdos para o ano letivo com o intuito de focar suas atenções para essa avaliação. Essas avaliações em massa, ENEM e os antigos vestibulares, servem como ponto de referência para a construção dos planejamentos para a preparação dos discentes para a realização desses certames, ocorrendo de determinar os conteúdos a serem selecionados para as aulas. Apesar do processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” ser considerado importante pelo docente dessa instituição escolar, a sua presença dependerá do sistema de avaliação que estiver vigorando no momento, havendo um certo esvaziamento do

⁵ Optamos por manter o anonimato do docente para evitar possíveis constrangimentos e também deixá-lo mais tranquilo para tecer suas considerações sobre as questões que lhe eram apresentadas durante a entrevista. Pesquisas que envolvem entrevistas são momentos delicados por conta da exposição, principalmente informações que envolvem a participação do entrevistado na organização e desenvolvimento de planejamentos. O anonimato é um aspecto importante para deixar a vontade o entrevistado e assim conseguir respostas que talvez não fosse obtida por conta da exposição de nomes.

⁶ A performatividade é um ângulo importante para observar a organização educacional e o envolvimento de organizações privadas e instituições públicas para a formação do sistema educacional. A partir disso, a competitividade gerada entre sujeitos, como também entre instituições escolares, são afloradas em busca de melhores posições em rankings. O desempenho de docente, discente e do sistema educacional é avaliado, tendo os resultados utilizados como elementos fundamentais para caracterizar a atuação de um espaço escolar e determinar a qualidade dos métodos utilizados para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Uma das características da performatividade é a mobilização da organização e da execução do planejamento, principalmente estimulando o que ensinar a partir, por exemplo, das avaliações de desempenho. O docente dessa instituição escolar investigada demonstrou em seu discurso essa presença da performatividade, principalmente apontando o condicionamento dos conteúdos que selecionará a partir do ENEM.

protagonismo dos docentes no momento de planejamento, pois a busca de bons desempenhos força a todos os personagens a voltarem suas atenções para esses processos seletivos.

A introdução de um sistema de ensino voltado para a preparação de discentes para avaliações de desempenhos estimula a desistência de planos e projetos educacionais para uma formação científica, ética e cidadã. O desinteresse sobre assuntos que não fazem parte do sistema de avaliação em massa é presente nos discentes, como também gera desinteresse por parte dos docentes em selecionar esta categoria de conteúdo. Pois, em uma lógica de avaliações de desempenhos de discentes, docentes e da escola, tudo aquilo que não está inserido neste processo avaliativo será deixado de lado ou descartado dos planejamentos das aulas (SANTOS, 2004).

Assuntos considerados exclusivamente regionais são descartados por não haver estímulos para sua utilização em sala de aula, como apontou o professor dessa instituição em entrevista. A Data Magna do Estado Pará entra nesse processo por conta de ser um assunto classificado restritivamente local, desta maneira perdendo espaço no Ensino Médio para assuntos da região Centro-sul considerados nacionais, algo ligado às exigências para estar preparado para o ENEM. A Data Magna do Estado do Pará (Lei 5.999/96) foi construída no ano de 1996, como consequência do estabelecimento da Lei Federal 9.093/95. O responsável pelo projeto foi o então deputado estadual Zeno Veloso, projeto aprovado em 1996 pela Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA). No documento, Zeno Veloso (1996) justifica a escolha desse processo histórico por ser: realmente, o 15 de agosto é a data de maior realce e significado de nossa história, um marco de afirmação e visão prospectiva. Para o então parlamentar, esse processo histórico era o que conseguia representar o “ser paraense”⁷. A narrativa sobre o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” segue uma tradição historiográfica que retrata esse período. A narrativa sobre o dia 15 de agosto, presente na página da ALEPA (2019) no momento de explicação sobre a data magna é a seguinte:

⁷ A Data Magna paraense foi construída como lugar de memória, numa tentativa de nortear as identidades regionais a partir desta comemoração. As cerimônias públicas são mais uma de tantas espécies que formam os lugares de memória, lugares estes que são formados a partir da necessidade de construir, reproduzir e solidificar uma dada característica a partir da essência que esses lugares representam, partindo, geralmente, do berço político a formação de identidades e de memórias compartilhadas a partir da necessidade de formar uma sociedade coesa e/ou uma nação. Nora (1993) aponta que a aceleração da História contribui para a necessidade de fomentar espaços que a sociedade possa tomar referência e “observar” as relações daquele passado selecionado com o seu presente. Essa dinâmica é afetada a partir da necessidade de preparar os discentes para avaliação em massa, principalmente a falta de estímulos para trabalhar com memórias históricas regionais em uma lógica performática educacional. Apesar de uma dada relevância política para o “lugar de memória” Data Magna, o esquecimento ganha espaço na instituição escolar à medida que o planejamento escolar contempla outras memórias históricas que estejam sendo utilizadas nessas avaliações de desempenho.

O 15 de agosto, Dia da Adesão do Pará, é uma data importante que significa a independência da Província do Grão Pará.

Em 1823, o Pará era a única província que ainda não tinha aderido à Independência do Brasil, ocorrida no dia 07 de setembro. Um ano depois a Província do Pará passa a aderir ao Brasil.

Mas essa adesão não foi fácil. Dom Pedro I, Imperador do Brasil, enviou pra cá um comandante de fragata inglês, John Grenfell, contratado para criar aqui a Marinha. Ele foi designado com a missão de trabalhar o movimento para incorporar o Pará ao Brasil.

A consagração da Adesão ocorreu após uma assembleia no Palácio Lauro Sodré, sede da Colônia Portuguesa à época, local em que no dia 15 de agosto de 1823, o documento de adesão do Pará foi assinado, rompendo de vez com Portugal.

A memória histórica que a Data Magna representa é uma narrativa atrelada a uma tradição historiográfica sobre o processo da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, principalmente demarcando uma presença exterior, no caso o Rio de Janeiro, que organizou e executou todo o processo da “Adesão”, a partir das negociações com as elites da capital grão-paraense. Essa memória histórica apresentada no sítio eletrônico da ALEPA condiz com uma narrativa historiográfica tradicional sobre esse processo histórico, Brito (2008) aponta que a historiografia da época — especialmente com João Palma Muniz e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) — desenvolveram uma narrativa que apresenta a emancipação dessa região revolvida a partir de fatores externos que não possuíam envolvimento exclusivamente com questões locais, principalmente tendo o Rio de Janeiro uma participação decisiva na consolidação desse processo de acordos entre o Império e a província do Grão-Pará. Brito (ibidem) ainda destaca que as narrativas contemplavam a participação dos “vultos políticos da época”, sublinhando que a realização do acordo ocorreu sem grandes perturbações e não havendo derramamento de sangue, indicando a falta de possíveis combates.

Essa narrativa apresentada pelo sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) segue uma tradição historiográfica sobre esse processo histórico. A Data Magna foi construída a partir da concepção de uma “Adesão” política, ou seja, as comemorações do dia 15 de agosto privilegiam uma narrativa que destaca a participação política da elite da capital e a atuação decisiva do Rio de Janeiro na concretização desse processo. A memória histórica que o então deputado estadual Zeno Veloso (1996) considerava de “maior realce e significativa da região” demonstra uma tentativa de consolidação de um discurso tradicional da realização de um “grande acordo” entre os sujeitos políticos da capital do Grão-Pará e o Rio de Janeiro. Desta maneira, as atividades educacionais apresentadas no site oficial da ALEPA possuem o objetivo de estimular a apresentação dessa memória histórica, principalmente na tentativa de comemorar essa tradicional narrativa sobre o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do

Brasil”. Contudo, essa comemoração acaba esbarrando nos objetivos traçados para a educação, principalmente quando o espaço escolar de nível médio é conduzido a atuar a partir de um perfil performático e adequar os discentes para participarem de avaliações em larga escala.

É partindo dessa premissa que este projeto de pesquisa aplicou questionários em turmas do Ensino Médio da escola pública Prof. Antônio Gondim Lins, localizado no município de Ananindeua. Tendo como base a concepção de que o Ensino Médio vive um processo de desmemoriamiento, questionamos os alunos dessa instituição sobre a principal data do estado do Pará, a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. Na busca de encontrar as concepções sobre esta data, se ocorreu debates sobre o dia 15 de agosto neste espaço escolar e, possivelmente, os desconhecimentos sobre esta efeméride.

4. Um espaço escolar, diversos contextos.

Observar o espaço escolar é tentar identificar os diversos contextos e elementos que formam a escola e também a educação, na busca de compreender o seu funcionamento e os planejamentos traçados para a escola, desde questões econômicas globais até questões carregadas pelos próprios discentes, como é o caso do espaço escolar investigado. A Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Antônio Gondim Lins⁸ não foge deste mesmo caminho, cada sujeito que frequenta, ou frequentou, esta escola possivelmente viveu diversas experiências, como também traçou objetivos durante os momentos em que esteve frequentando esta instituição. Os discentes que participaram na época do questionário demonstraram diversas perspectivas sobre a Data Magna do Estado do Pará, mas também sobre suas realidades e sobre o espaço escolar em que frequentaram. De antemão, é importante destacar o fato de que os alunos também aproveitaram o espaço para a exposição das realidades presenciadas nesta instituição, principalmente suas leituras sobre as atividades ocorridas ao longo do ano e também a infraestrutura deste local.

⁸ Optamos por apenas trabalhar com esta instituição por conta de já termos desenvolvido o projeto de pesquisa nessa instituição e também pela complexidade que a instituição possui. Essa instituição possui características particulares, apesar de ser apenas uma instituição, a pesquisa consegue ser desenvolvida a partir do fato de que as experiências tratadas nessa escola possibilitam compreender as dinâmicas da performatividade a partir das avaliações de desempenho, possibilitando compreender a partir desse colégio o processo de esquecimento de memórias históricas em um espaço escolar de nível médio.

Tabela 01 - Dados sobre a participação discente nos questionários - Turno da Manhã

Série	Discentes matriculados	Discentes participantes	Participação (%)
2° ano	188	158	84,04%
3° ano	150	101	67,33%
Total	338	259	76,62%

Fonte: Relatório Técnico-científico do plano de trabalho “Adesão do Pará à Independência: significados de uma efeméride no espaço escolar”, desenvolvido pelo bolsista PIBIC-Ensino Médio José Matheus da Costa Oeiras.

Tabela 02 - Dados sobre a participação discente nos questionários - Turno da Tarde

Série	Discentes Matriculados	Discentes Participantes	Participação (%)
2° ano	66	37	56,06%
3° ano	58	22	37,93%
Total	124	59	47,58%

Fonte: Relatório Técnico-científico do plano de trabalho “Adesão do Pará à Independência: significados de uma efeméride no espaço escolar”, desenvolvido pelo bolsista PIBIC-Ensino Médio José Matheus da Costa Oeiras.

No momento em que realizamos a pesquisa, o número de matriculados nesse colégio era de 462 jovens e adolescentes nas turmas do segundo e terceiro ano. No período da manhã apresentou o maior quantitativo de alunos matriculados, 338 discentes. Enquanto no período da tarde o número de matriculados chegava apenas a 124 discentes. São discentes do Município de Ananindeua⁹, oriundos de bairros periféricos deste município, como: Icuí-Guajará, Paar,

⁹ No último censo realizado pelo IBGE em 2010, a população de Ananindeua era de 471.980 habitantes. Segundo o próprio IBGE, estima-se que a população de Ananindeua seja de 535.547 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anandindeua/panorama> Acesso em: 11 maio 2021.

Curuçambá e Coqueiro. Esses bairros apresentam diversas mazelas sociais, desde problemas de saneamento básico até dificuldades com a criminalidade. Esses problemas também são levados para o espaço escolar a partir dos discentes, principalmente com o fato destas mazelas também influenciarem nos objetivos com a educação traçados pelos discentes e seus familiares.

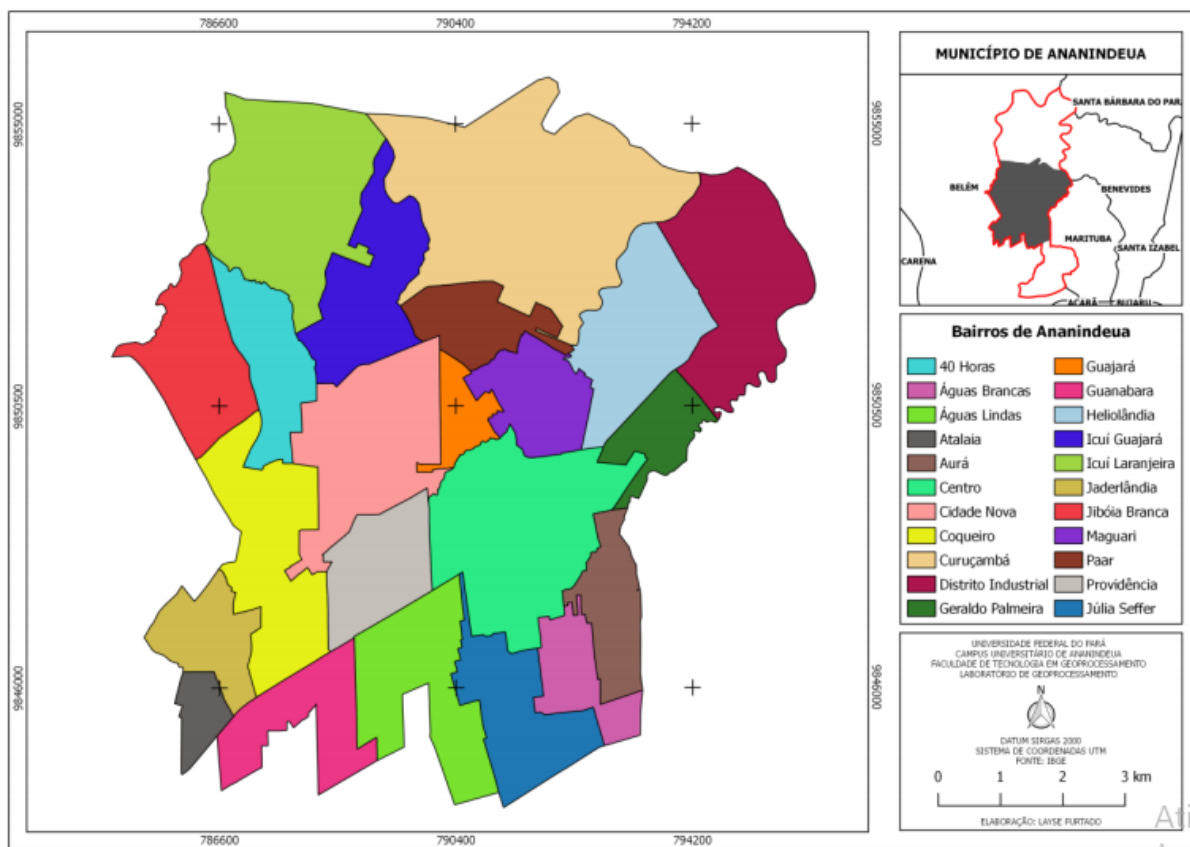
Foram 259 questionários preenchidos pelos alunos do período matutino, representando uma presença de 76,62%; enquanto nas turmas do período vespertino foram preenchidos 59 questionários, representando um total de 47,58%. É importante destacar que ocorreram desistências na participação dessa atividade, essa questão está ligada ao fato de que alguns discentes ao perceberem que não valia “ponto” para suas atividades avaliativas optaram por não participar da investigação. A introdução de uma educação performática gera consequências nessas atividades que não haverá uma pontuação para alguma das suas avaliações. Desta maneira, os desinteresses em atividades que não geram benefícios diretos as provas internas ou externas estão ligadas a introdução de uma lógica performática introduzidas no espaço escolar.

A Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Antônio Gondim Lins¹⁰ é uma escola administrada pelo Governo do Estado do Pará¹¹, a partir da Secretaria de Educação (SEDUC/PA). Essa instituição escolar está localizada no bairro do Coqueiro, um dos bairros mais extenso territorialmente e também um dos mais populoso do município. Este espaço escolar atende turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, ofertando turmas nos períodos da manhã, tarde e noite. São discentes que moram nas redondezas, trazendo consigo todas as questões sociais dos bairros onde moram. A maioria destes discentes moram em bairros como: Coqueiro, Icuí-Guajará, Curuçambá e Paar. Esses bairros possuem serviços públicos deficitários ou ausência da mesma, como: violência, desemprego, saneamento e dentre outras mazelas sociais que influenciam os discentes no momento em que estão frequentando a escola. O espaço escolar e a formação na educação básica se transformam em oportunidades de conseguirem mudar suas realidades, como a conquista de um emprego e assim ajudar nas despesas de sua família, como também conseguir uma formação superior para ascender financeiramente a partir do curso que escolher e da profissão que seguirá.

¹⁰ No site do INEP em relação ao IDEB, a escola Prof. Antônio Gondim Lins não possui número de participantes suficientes no SAEB para a divulgação dos dados, tanto no ano de 2017, quanto no ano de 2019. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/15034844> Acesso em: 14 jun. 2021.

¹¹ Em 2019, segundo o portal QEDU, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Pará foi de 3,2, mas não atingiu a meta de chegar a 4,2 estipulada para a região e nem chegar a 6,0. Porém, o portal demonstra que houve um crescimento comparado ao ano de 2017, nesse período o índice chegou a 2,0. Ambos os dados fazem referência ao Ensino Médio. Disponível em: <https://qedu.org.br/estado/114-para/ideb?dependence=2&grade=3&edition=2019> Acesso em: 14 jun. 2021.

Figura 1 - Bairros do município de Ananindeua/PA



Fonte: FURTADO, Layse Gomes. **Mapa da distribuição dos bairros no Município de Ananindeua/PA.** Ananindeua: Universidade Federal do Pará, 2019. 1 mapa. Escala 1:300.000. A escola Prof. Antônio Gondim Lins está localizada no bairro do Coqueiro (destacado em amarelo), um dos bairros significativos para a região. Moradores de outras regiões também frequentam esse espaço escolar.

A escola Antônio Gondim Lins, segundo o Programa Político Pedagógico (PPP) cedido pela escola, foi construída no ano de 1983 com objetivo de atender os desejos da sociedade local que solicitavam mais serviços públicos, como, por exemplo, a Educação. No documento é registrado que o município de Ananindeua era uma “cidade dormitório”. Com a expansão da cidade de Ananindeua, surgiu a necessidade de trazer serviços públicos para o município como a Educação. Essa escola, segundo o PPP, foi construída para atender aos anseios de uma população que crescia e não presenciava um número de serviços públicos que pudessem atender às suas necessidades.

Figura 2: Fachada da E.E.E.M. Prof. Antônio Gondim Lins



Foto: Fachada da escola Prof. Antônio Gondim Lins (PA), em um projeto recente a parte da frente da escola foi aplicado grafite por parte dos discentes, com o tempo as pichações também começaram a surgir nas paredes desta instituição. Notem também o descaso a partir do mato alto, realidade que se encontra ao longo deste espaço escolar. 2020.

Apesar de a escola ser considerada referência, a sua infraestrutura possui problemas sérios, demonstrando que não recebe reparos e nem reformas há tempos. Ainda que o terreno da escola seja amplo, possibilitando diversas atividades na parte externa, as salas de aula ainda seguem um padrão de formato: uma porta, janelas no alto e gradeadas, pouca visibilidade para fora da sala e cadeiras organizadas de maneira perfilada, uma atrás da outra. É comum encontrar ventiladores danificados e paredes pichadas, mostrando descaso do poder público e da própria comunidade escolar com este espaço. Também existem espaços que os docentes e alguns discentes tentam manter, como o Laboratório de Química. Além disso, a escola possui poucas áreas de convivência, a principal delas é chamada pelos alunos de “Vadião”, essa área de convivência é ampla e comporta um palco, bebedouro e é próximo da quadra que se encontra em um estado degradante que é utilizada para as aulas de educação física. Esse nome é condenado pela direção da escola e pelos docentes, por considerarem algo depreciativo a escola, pois alguns discentes ficam neste local quando não desejam assistir às aulas. É uma área de recreação, principalmente por acontecer alguns eventos artísticos, como apresentações teatrais.

Essa instituição também possui uma biblioteca, espaço que ocorre frequentemente nas atividades realizadas pelos docentes. Apesar de ser um local relativamente visitado, não possui

um bibliotecário para exercer a função, geralmente é um docente que exerce esse serviço¹². Também existe uma secretaria, sala da coordenação pedagógica, sala de informática, um espaço para os professores e a dependência da direção da escola.

Os discentes também se deparam com casos de violências neste espaço escolar, como assaltos a professores e alunos. Roubos também já ocorreram nesta localidade, como casos de pessoas que adentram a instituição para praticarem crimes, como em 2015 quando uma dupla invadiu no período noturno a escola e levaram violentamente os pertences das pessoas que ali se encontravam (G1/Pará, 2015), na ocasião foi o segundo caso de assalto, ocasionando a suspensão das aulas.

Apesar da escola possuir uma infraestrutura pouco agradável, esse espaço se torna um ponto de possibilidade de fuga da realidade que o discente vive, desde as altas taxas de criminalidade até o desemprego latente que atinge famílias da periferia. Este último ponto também exerce forte influência nestes jovens e adolescentes, principalmente convivendo com a necessidade de ajudar financeiramente em casa, também possibilitando a evasão escolar para atuar em algum serviço que gere dinheiro para sua família. Desta maneira, determinados assuntos só farão sentido se estiverem ligados ou auxiliarem nos planos traçados pelos discentes, possibilitando o desinteresse a certos assuntos quando percebem que não ganharam nenhum benefício visível com aquilo. Os assuntos que eventualmente possam chamar a atenção serão aqueles que estiverem ligados às avaliações externas, como é o caso do ENEM¹³. Assuntos sem ligação com este certame serão fatalmente ignorados, pois, o foco estará nos assuntos que estarão possivelmente nestas provas. Um dos exemplos que podemos citar é o próprio questionário, quando alguns jovens não demonstraram interesse e abandonaram a sala de aula ao descobrir que não receberam benefícios para as avaliações regulares desta escola.

5. O conhecimento e as percepções dos discentes sobre a Data Magna

A globalização, as avaliações externas e a introdução de um perfil performático na educação contribuem para o desmantelamento de memórias históricas no espaço escolar, pois

¹² Até o momento que desenvolvemos a pesquisa neste espaço escolar, a biblioteca era administrada a partir de um rodízio de professores e/ou funcionários que se encontravam pelo local. Quando não havia a presença de nenhum destes, o espaço ficava fechado.

¹³ Segundo o Portal QEdU (2017), 224 discentes desta instituição participaram deste processo seletivo no ano de 2017, representando um total de 57% do total de alunos. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/20733-eeefm-professor-antonio-gondim-lins/enem?edition=2017> Acesso: 11 de maio de 2021

a mobilização dos conteúdos, principalmente, da região sudeste para a preparação do discente dificulta a apresentação de temas sobre histórias locais e regionais de outros estados, como o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. Diante disso, a partir do plano de trabalho, foi necessário dimensionar a presença de debates, ou ausências, no espaço escolar prof. Antônio Gondim Lins. No primeiro momento, a partir do relato de um dos docentes desta instituição, pudemos identificar que a introdução de debates sobre processos históricos locais do Estado do Pará, como a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, está condicionada a não estar presente nas aulas por conta da organização de conteúdo para o ENEM.

Neste segundo momento será a apresentação dos dados obtidos a partir do questionário aplicado nas turmas do segundo e do terceiro ano, nas turmas da manhã, quanto da tarde. A aplicação desse questionário possui o objetivo de dimensionar o conhecimento histórico desses discentes sobre a Data Magna, como também analisar a compreensão desses alunos sobre o dia 15 de agosto e o envolvimento da escola com essa data comemorativa. A partir das respostas dadas é possível dimensionar o significado da Data Magna do Estado do Pará entre os discentes da escola prof. Antônio Gondim Lins, principalmente sob o prisma de colocar nas respostas o cotidiano escolar e a relação do dia 15 de agosto com aquela comunidade.

O objetivo da aplicação do questionário é dimensionar a presença do processo histórico da “Adesão” nas aulas dessa escola, principalmente almejando compreender se houve a realização de atividades educacionais relacionadas a Data Magna. A partir dos relatos dos discentes, almejamos identificar se aconteceu algum evento organizado pelos docentes e a direção da escola como estratégias de ensino-aprendizagem sobre o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. A presença de avaliações de desempenho influencia a atuação docente e discente, como também a seleção dos conteúdos que serão trabalhados em sala de aula, como foi possível identificar na resposta dada pelo docente deste estabelecimento escolar. Sendo assim, de imediato podemos entender que os conteúdos apresentados no espaço escolar de nível médio estão condicionados a servirem como aporte teórico para a preparação do corpo estudantil para atuarem nas provas externas, tendo dificuldades em desenvolver atividades que envolvam conteúdos que estão possivelmente fora desses processos avaliativos.

O questionário foi aplicado em dois dias, pois na época era momento da revisão dos conteúdos para uma das avaliações dessa escola, assim havendo a dificuldade de atrair os discentes a participarem desse momento que não geraria pontos para as avaliações que iriam participar. Esse questionário também possibilitou a identificação das percepções dos alunos

sobre o seu cotidiano nesse espaço escolar, como também a infraestrutura desse estabelecimento. As respostas dos discentes foram catalogadas, o que possibilitou a identificação do quantitativo e a análise das respostas dadas por estes alunos que serão expostas posteriormente. O questionário era formado por três perguntas e espaços dados na folha posterior para os alunos, se assim quisessem, discorrer um pouco mais sobre a sua resposta. A primeira pergunta: “Você sabe porque o dia 15 de agosto é feriado em todo Estado do Pará?”

Os discentes do segundo e do terceiro ano demonstraram desconhecimento que remete a uma erosão do “lugar de memória” Data Magna, que não consegue cristalizar a memória histórica da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, indicando uma desmemoramento das memórias nacionais no espaço escolar. A negativa apresentada pelos discentes é um sintoma de uma ausência de abordagens sobre processos históricos regionais na sala de aula, principalmente considerando as respostas dadas pelos discentes que afirmaram não saber a razão da comemoração do dia 15 de agosto.

Observando as respostas dadas na parte posterior do questionário, foi possível visualizar os desconhecimentos sobre o dia 15 de agosto como Data Magna. Como, por exemplo, em uma das respostas, um dos discentes da turma do segundo ano escreveu da seguinte maneira: “Eu acho que é adeção do Pará”. Esta categoria de resposta insegura é uma demonstração do desconhecimento sobre a memória histórica comemorada pelo feriado, como também o desconhecimento é apresentado a partir de alguns questionários sem respostas. Apesar de marcarem saberem o que era o 15 de agosto, demonstraram confusões sobre o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” com outros eventos que também são feriados, apontando que esses discentes não foram apresentados à memória histórica.

Também é possível identificar algo semelhante nos questionários preenchidos pelas turmas do terceiro ano, como também relatos dos discentes sobre as ausências de aulas sobre este processo histórico no espaço escolar. Como aponta um dos discentes: “Com 3 anos que completo esse ano e nunca houve explicação concreta”. Podemos destacar a partir deste relato, atrelado aos resultados dos outros discentes, a ausência de abordagens sobre este processo histórico nesse espaço escolar, ocasionando um “vácuo” em conhecer e compreender a existência dessa Data Magna. Havendo a ausência de atividades desenvolvidas nesse espaço escolar para apresentar as narrativas selecionadas para a construção deste feriado e explicações que auxiliem este alunado a entender a razão da existência desta Data Magna. Inseridos em uma educação cada vez mais performática, o ensino da história torna-se necessário para que o aluno consiga compreender as intrínsecas relações globais que o rodeia, como também possibilitar a

sua localização neste processo macro que é a globalização a partir de questões da sua região (PAIM; PICOLLI, 2007).

A partir da segunda pergunta do questionário é possível perceber com mais clareza os desconhecimentos dos discentes em relação à data magna, principalmente não conseguindo associar o que ele entende ou lembra sobre o dia 15 de agosto e o local onde conseguiu essa informação. Neste segundo momento do questionário nos preocupamos em detectar sobre as disciplinas que se dedicaram em abordar na sala de aula sobre o dia quinze agosto. A segunda pergunta é a seguinte: “Você lembra se o fato histórico acontecido em 15 de agosto foi ensinado alguma vez na sala de aula”.

Ao observarmos as respostas dos discentes, muitos deles não responderam ao questionário apontando qual das disciplinas proporcionou debates sobre esta temática, demonstrando não terem certeza se presenciaram alguma vez algum debate em sala de aula sobre o dia 15 de agosto. É importante destacar que houveram discentes que afirmaram terem assistido, em algum momento, discussões sobre o 15 de agosto durante sua vida escolar. Todavia, das disciplinas que foram sinalizadas como proporcionadoras dos debates sobre a Data Magna, duas não fazem parte do Ensino Médio desta escola estadual. Os discentes destacaram as disciplinas de “Estudos Amazônicos” e “Estudos Paraenses” como responsáveis por ministrar este conteúdo em sala de aula. Como afirmado anteriormente, não são disciplinas do Ensino Médio, são disciplinas de escolas de nível fundamental, matérias que lidam com questões regionais, levando estes alunos a afirmarem que assistiram a aulas sobre o 15 de agosto. A presença de avaliações em larga escala provoca alterações nas percepções e objetivos no espaço escolar, influenciando o docente a preparar da melhor maneira os discentes para a realização destes exames (ZANCHET, 2003). O ENEM gera a competitividade entre as diversas instituições escolares, acarretando a padronização dos conteúdos para estarem adequados a estas provas e assim conquistar uma boa colocação em *rankings* escolares (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015; ZANCHET, 2003).

Diante disso, é possível constatar o direcionamento de conteúdos considerados regionais para o ensino fundamental (1º ano ao 9º ano), proporcionando a presença quase exclusiva de assuntos que estejam ligados aos conteúdos que “cairão” no ENEM. Para além disto, os conteúdos presentes neste momento da educação básica, no caso o ensino médio, tendem a estarem a par do desenvolvimento necessário de habilidades e competências para o mercado de trabalho (ZANCHET, 2003). Assim, direcionando os discentes a estarem aptos após a conclusão do Ensino Médio, tendo a perspectiva que os conteúdos contribuirão para a capacitação para estarem inseridos no mercado de trabalho (HILÁRIO, 2008). O docente

depara-se com este desafio, principalmente de estar na berlinda entre auxiliar na formação dos discentes para cidadania e uma formação ética, e também a necessidade de adequar estes alunos aos processos seletivos que virão; sabendo que a depender do resultado, ele será considerado o responsável quase absoluto (CERRI, 2004; ZANCHET, 2003).

A partir destas respostas podemos entender que existe uma divisão ou distribuição dos conteúdos considerados locais, regionais e nacionais no espaço escolar e o momento na educação básica que devem ser ensinados. Em algumas das respostas dos discentes foram associadas às disciplinas de Estudos Amazônicos e Estudos Paraenses, disciplinas do ensino fundamental, o momento que foram apresentados o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. O Ensino Médio demonstra estar mais voltado para o considerado importante para o ENEM, vestibulares e dentre outros processos avaliativos de larga escala. Os conteúdos que estarão presentes nas provas como ENEM seguem uma linha tida como nacional, apesar de também estarem ligadas ao aspecto regional de uma determinada região como São Paulo e o Rio de Janeiro. Na Matriz de Referência do Enem, referente às ciências *humanas e suas tecnologias*, o conteúdo sobre o processo histórico da “Independência do Brasil” pode ser localizado:

- **Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado**
- As lutas pela conquista da independência política das colônias da América.
- Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação.

As regiões norte e nordeste são tratadas de forma bastante pontuais, consideradas de cunho mais regional. Assim, para atender uma certa demanda da sociedade, assuntos locais e regionais, como processos históricos de uma dada região como a “Adesão do Pará à Independência”, são direcionados para o nível fundamental. Ocasionalmente um distanciamento entre os alunos e as histórias locais nos anos finais da educação básica, como podemos constatar a partir das respostas escritas de dois discentes do segundo e terceiro ano.

A primeira resposta é do discente do segundo ano, afirmando: “Nunca essa data foi abordada pelos professores na escola onde estudo”. A resposta deste discente do segundo ano condiz com a percentagem de discentes que afirmaram não terem presenciado os debates sobre o dia 15 de agosto no espaço escolar. Ao afirmar isto podemos detectar o fato da inexpressiva discussão sobre temas regionais e locais amazônicos no ensino médio em detrimento de assuntos de cunho mais nacional, provocando o distanciamento sobre as temáticas da região paraense e da região amazônica.

A segunda resposta é de um discente do terceiro ano, destacando que: “Não, nesse dia nem há aula e muitos pensam que é paralisação e só. A escola não justifica o porque isso acontece”. Essa afirmação demonstra o esquecimento sobre o “lugar de memória” Data Magna, ocasionando a falta de ligações entre esses discentes com a data comemorativa. A resposta deste discente foca no dia 15 de agosto, um momento, segundo ele, de que não existe explicação alguma sobre tal feriado e que muitos pensam ser paralisação dos professores. Apesar de ser um feriado que provoca o fechamento de diversos estabelecimentos da região, o discente destaca que a escola não apresenta a razão da falta de aula naquele dia, deixando um vazio que pode ser preenchido com informações que não contemple a noção sobre o feriado, mas servirá para ter um sentido naquele dia. Assim provocando um hiato entre o fato histórico comemorado pelo 15 de agosto e o discente, que apenas não vai à aula porque a direção da escola o liberou. Isso pode ser estendido para todo o ano letivo, onde falta explicação sobre o dia quinze de agosto e sobre “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, provocando um distanciamento acentuado entre o processo histórico e estes discentes. O terceiro ano do ensino médio é o momento de grande pressão, pois é o último estágio para finalizar sua trajetória na educação básica e adentrar ao ensino superior ou seguir outros objetivos planejados. Neste sentido ocorre uma grande concentração de atenção aos conteúdos que os vestibulares cobram para que estes discentes consigam êxito ao prestarem vestibular ou o ENEM.

Ampliando mais o horizonte de interesses sobre o esquecimento no espaço escolar, a terceira pergunta foi direcionada para saber se aconteceu, em algum momento, atividades relacionadas sobre o dia 15 de agosto. Tendo como principal foco o desenvolvimento de atividades propostas pelas disciplinas ou pelos sujeitos que estão presentes na escola Antônio Gondim Lins. Atividades são importantes para a compreensão da ideia por detrás do feriado e da mesma maneira a disseminação desta memória para os demais presentes na sociedade; além disso, projetos que envolvam os alunos também auxiliam na consolidação de narrativas sobre o processo histórico. A terceira pergunta é a seguinte: “Você lembra se houve alguma atividade (trabalho, apresentação artística, roda de conversa, etc.) relacionada ao 15 de agosto na Escola?”. Nesta pergunta foi dado exemplos de atividades que possam ter ocorrido para além das aulas tradicionais, como: apresentações artísticas, roda de conversa, projetos para feira da ciência e outras atividades possíveis.

Neste momento do questionário os discentes expuseram um panorama negativo sobre a atuação do espaço escolar com o 15 de agosto. As respostas apresentadas pelos discentes demonstram que a construção de debates, problematizações e discussões sobre a Data Magna paraense e os seus significados sociais e políticos no tempo presente passa longe deste espaço

escolar, criando um “vácuo” entre estes discentes e o dia 15 de agosto. O mosaico de ações é fundamental para a produção de atividades no espaço escolar, as identidades e as memórias são desenvolvidas para fazerem sentido em cada aspecto do cotidiano que o aluno e a aluna se deparam. Além disto, memórias históricas locais são elementos importantes para a formação do discente como cidadão, principalmente o auxiliando na sua identificação ao tentar se localizar entre os diversos processos que ocorrem em níveis nacionais e globais (BARROS, 2013; MACEDO; PAIVA, 2020; PAIM; PICOLLI, 2007).

Para exemplificar isto, apresentamos duas respostas dos discentes desta instituição para demonstrar o vácuo sobre a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. De acordo com um aluno do segundo ano: “Na escola é muito difícil alguém dizer o porque dos feriados, só chegam e falam que é feriado e pronto”. É interessante observar o discente ao não concentrar a resposta exclusivamente sobre a Data Magna, mas abranger sua resposta para as outras datas comemorativas que passam despercebidas nesta escola. A falta da presença de aulas sobre processos históricos que são eventualmente comemoradas a partir de feriados, que influencia no seu cotidiano escolar como a paralisação das aulas, possibilitam o desconhecimento e/ou o preenchimento deste vazio a partir de informações que podem ou não estar ligadas ao processo histórico em questão. Não é o caso de exaltar tal data, mas proporciona a reflexão sobre as razões de um dado fato histórico ser comemorado e os objetivos que almejam com aquela efeméride.

Da mesma maneira que o aluno do segundo ano destaca a ausência de atividades específicas sobre o dia 15 de agosto em sala de aula. Um discente do terceiro ano também realiza um relato sobre o envolvimento dos docentes com a efeméride paraense. Como afirma o discente do terceiro ano: “Não, dificilmente o professor de história comenta sobre isso, mas não sei afirmar o porque do 15 de agosto é importante para o nosso estado”. Percebam que existem pontos importantes neste breve relato do discente. Um dos pontos é sobre o professor de História, o discente expõe a inexistência de aulas sobre o processo histórico em sala de aula por parte dos docentes sobre o dia 15 de agosto. No trecho apresentado neste texto, o docente entrevistado atribui à falta de abordagens sobre o dia 15 de agosto a partir do sistema avaliativo que não estimula a trabalhar com esse assunto, apontando que o ENEM é o responsável por estimular a realização dessas abordagens. Como também “os vestibulares antigos”, destacado pelo docente, estimulava a utilização de conteúdos regionais.

O ensino de História possui o potencial de auxiliar no desenvolvimento de identidades, principalmente ao tratar de questões das histórias locais que os discentes vivem (BARROS, 2013). Contudo, não podemos perder de vista os caminhos traçados que ligam a preparação

destes discentes para os exames que os alunos realizarão nos anos finais da educação básica; como também estes docentes são influenciados a direcionarem suas aulas para a formação dos discentes para o mercado de trabalho e para participarem de processos avaliativos de desempenho. O ensino de história no ensino médio também entra neste processo de formação para avaliações em larga escala e também contribui para formação de habilidades e competências que o mercado de trabalho exige (CERRI, 2004; SOARES, 2002).

6. Narrativas didáticas para a performatividade

A realização de pesquisas no espaço escolar e sobre a educação exige a necessidade de considerar diversos elementos que fazem parte deste meio, pois cada aspecto contribui para entender as características da escola e sobre a educação. Desta maneira, para contribuir na pesquisa, selecionamos os livros didáticos da escola prof. Antônio Gondim Lins, com a finalidade de identificar a presença de perfis performáticos na produção desses materiais, havendo o direcionamento dos conteúdos para servirem como leituras para a preparação dos discentes para o ENEM. A partir da orientação desses textos para servirem de suportes textuais para avaliações externas, terá grande influência no momento de seleção e apresentação dos assuntos em sala de aula por parte dos docentes. Atrelado a isso, haverá como desdobramento a contribuição para o esquecimento sobre o “Lugar de Memória” Data Magna e a formação histórica sobre a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. Os livros didáticos são materiais de grande influência no cenário educacional brasileiro, apesar de atualmente existirem outras ferramentas (CASSIANO, 2017).

Foram analisados os livros didáticos utilizados por essa instituição escolar. A Escola é de nível médio, do 1º ao 3º ano. Desta forma, os livros didáticos são voltados para o grupo de discentes de nível médio, dando destaque às turmas do 2º e do 3º ano que possuem a possibilidade de trabalhar com o processo histórico da “Independência do Brasil”. Durante a investigação, foram coletadas duas coleções de livros didáticos para a disciplina História. Esse dado é importante pela razão de proporcionar comparações entre os dois volumes que são de editoras distintas, como também observar as narrativas que cada uma possui sobre o regional e o local a partir do espaço dedicado a explicar sobre os processos “pós-independência do Brasil”.

Os livros didáticos de História influenciam na percepção sobre as narrativas que estão presentes nestas obras, pois possuem um horizonte educacional no processo de construção e apresentação dos temas a partir das narrativas ali presentes, expondo olhares sobre grupos,

sociedades, temporalidades, cultura, política e dentre outros elementos possíveis a partir da seleção por parte dos diversos autores (ROCHA, 2017; MARTINS; SALES e SOUZA, 2009). Sendo assim, os livros didáticos de História possuem narrativas com potencial de moldar uma dada leitura sobre uma sociedade, práticas culturais, sistemas políticos e dentre outros aspectos que podem ser selecionados para compor uma coleção de livros didáticos. O livro didático possui uma característica importante, pois segundo Martins, Sales e Souza (2009) os discentes brasileiros em sua maioria possuem apenas estes materiais como principais leituras. Certamente vários discentes só possuirão a prática da leitura ligada aos livros didáticos, e os conteúdos destes materiais serão uma referência bibliográfica para essas pessoas.

Os livros didáticos são importantes para além da narrativa, porque movimentam grupos e cifras elevadas em torno da sua produção. O mercado editorial que se dedica a fabricar os livros didáticos almeja a conquista de lucros elevados nas possíveis vendas. Para este segmento do mercado financeiro, o principal comprador é o Estado, pois o abastecimento de livros didáticos em diversas escolas públicas brasileiras movimenta milhões de reais. O mercado editorial brasileiro não depende exclusivamente do Estado, mas a participação deste último significa a possibilidade de aquisição de valores significativos no momento de compra por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (MARTINS; SALES e SOUZA, 2009; MUNAKATA, 2012). Neste sentido, esses materiais tornam-se “mercadorias” sendo produzidos com o objetivo central de estarem adequadas às determinações do Estado e que gerem lucros para suas respectivas empresas (MARTINS; SALES; SOUZA, 2009; MUNAKATA, 2012).

A participação do Estado, a partir do Ministério da Educação e do PNLD, na organização e distribuição dos livros didáticos contribuiu para o desenvolvimento do mercado editorial neste segmento, pois com o advento de políticas públicas e com grande investimento neste setor por parte do Estado brasileiro, o governo federal tornou-se o principal comprador desta categoria de material para distribuir para as diversas escolas pelos municípios do país (SILVA, 2017). Neste sentido, as editoras observando as vantagens econômicas, desenvolveram livros didáticos que passaram a atender aos critérios estabelecidos pelo Estado (MUNAKATA, 2012).

O Plano Nacional do Livro didático (PNLD), construído a partir do ano de 1985, com base no decreto 91.542/85, se transformou em referência para a determinação de normas para a produção de livros didáticos e serviu para trazer o foco do Estado para este segmento educacional (MARTINS; SALES; SOUZA, 2009). Este momento garante o Estado como um personagem decisivo na relação entre professores e editoras no processo de seleção dos livros didáticos (BEZERRA, 2017). Apesar de já existirem políticas públicas no que tange a

regulamentação e seleção dos livros didáticos anterior ao PNLD, como aponta a professora Juliana Figueiras (2017) sobre a centralização no processo de seleção realizada pela Comissão Nacional do Livro didático (CNLD), o PNLD dá uma nova perspectiva para a área educacional em relação ao livro didático e também ao mercado editorial (BEZERRA, 2017).

Desta maneira, o PNLD se transformou em indicador de qualidade a partir das exigências que cada editora deverá seguir ao submeter suas coleções, como também as avaliações estabelecidas pela mesma e as conclusões dos avaliadores acerca das produções inscritas no processo de seleção. É importante destacar que os livros didáticos só podem ser distribuídos para as escolas públicas para a seleção dos professores a partir da certificação do PNLD. É interessante observar que o processo sistemático de avaliação começou a vigorar plenamente a partir de 1995, com o objetivo de melhorar os livros didáticos (BEZERRA, 2017). Com o advento do PNLD, como aponta Holien Bezerra (2017), os processos de inscrição e avaliação tiveram mudanças em seus aspectos, como, por exemplo, as editoras realizarem inscrições de coleções em vez de livros individuais a partir do PNLD de 2002. Como é o caso das coleções utilizadas pela escola Prof. Antônio Gondim Lins.

A produção dos livros didáticos e a presença de grandes empresas no ramo do mercado editorial, como também na construção de fundações culturais, contribui para a construção de livros didáticos voltados para uma educação com perfil performático. Essas ferramentas didáticas — que ainda são significativas nas escolas públicas brasileiras — são transformadas para atender aos desejos de mudanças na forma de organização educacional, principalmente contemplando as empresas multinacionais e outros órgãos que se propõe a pensar sobre a educação. Os desdobramentos deste processo seguem para atender os desejos de formação de discentes para as avaliações em larga escala, como ENEM, utilizando os seus textos base de leitura para cumprir esse objetivo; contribuindo para o esquecimento sobre “lugares de memórias”, como a Data Magna, dado que assuntos considerados exclusivamente regionais ou locais não terem o estímulo de serem apresentadas em espaços escolares de nível médio.

No PNLD de 2014¹⁴, segundo dados do site do FNDE, o Estado do Pará recebeu 1.774.686 exemplares para as turmas do ensino médio, havendo 361.813 discentes que receberam, possivelmente, estes materiais. Já os dados do PNLD de 2017¹⁵, o Estado do Pará

¹⁴ BRASIL. MEC. FNDE. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD/2014 - dados estatísticos por estado. 2014. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores> Acesso em: 10 abr. 2021.

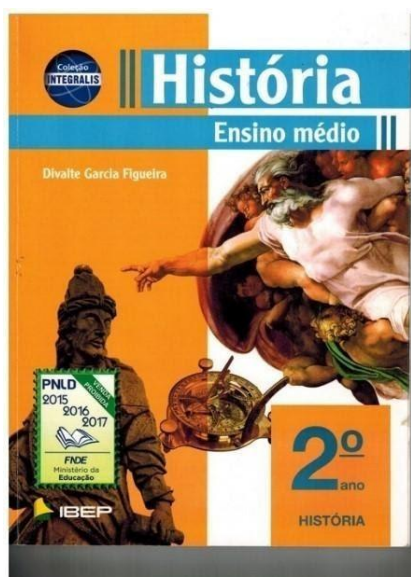
¹⁵ BRASIL. MEC. FNDE. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD/2017 - dados estatísticos por estado. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em: 10 abr. 2021.

foi contemplado com 1.728.140 exemplares direcionados para turmas do ensino médio, atendendo 331.195 alunos. Esses dados fazem menção ao período de aquisição das coleções analisadas para esta pesquisa¹⁶. A utilização destes livros didáticos é estipulada para três anos com o objetivo de atender cada turma do ensino médio. A primeira coleção é da editora IBEP, com título *História*, atendendo a escola Prof. Antônio Gondim Lins durante os anos de 2015 a 2017. Esses volumes foram substituídos pela coleção da Editora Leya, com o título *Oficina de História*, atendendo as turmas desta instituição durante o ano de 2018 a 2020. Essas coleções possuem três livros cada, com objetivo desses materiais atenderem cada período do ensino médio, desde o primeiro ano até o terceiro ano.

6.1. Análise do Livro didático *História*

O primeiro livro analisado, com o título *História*, pertence à coleção integralis, contendo três volumes destinados para cada turma do ensino médio. O autor desta coletânea é o professor Divalte Garcia Figueira, segundo consta no próprio livro (2013), é mestre em História pela Universidade de São Paulo e possui experiência em produções de livros didáticos. Esta coleção foi organizada e publicada pela Editora brasileira IBEP, sendo este lançado no ano de 2013 e servindo como ferramenta didática na escola Prof. Antônio Gondim Lins dos anos de 2015 a 2017.

Figura 3: Segundo livro didático da coleção da editora IBEP



¹⁶ A introdução destes dados segue o texto apresentado no site do PNL D explicando, resumidamente, o processo de aquisição dos livros didáticos. Segundo o site do MEC (2021), os livros didáticos são adquiridos e enviados às escolas em outubro para serem utilizados no ano letivo seguinte (FNDE, 2020). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento> Acesso em: 10 abr. 2021

Os conteúdos selecionados para essa coleção, segundo a apresentação (IBEP, 2013), são os mais significativos da História, nacionais e global, e possibilitam a compreensão de conceitos fundamentais mobilizados ao longo das narrativas presentes nos livros. A Editora IBEP está localizada no estado de São Paulo, enquanto o autor Divalte Garcia Figueira possui sua formação acadêmica em instituições da mesma região em que a Editora se encontra. Sendo assim, assuntos de cunho ligados à região sudeste, como São Paulo e o Rio de Janeiro, ainda continuaram ganhando destaque na construção de conteúdo para fazer parte dos livros didáticos. É interessante observar que os conteúdos presentes nos livros desta coleção são considerados “o suficiente” para que o aluno e aluna consigam uma formação satisfatória para o ano letivo e para as avaliações externas. Dessa forma, os conteúdos presentes nesses livros são o necessário, segundo a Editora, para que o aluno consiga conquistar seus objetivos nas avaliações externas; além disso, ao determinar o que é “suficiente” para o aluno, também determina os conteúdos “supérfluos” para sua trajetória estudantil. Na última página dos volumes dessa coleção, existe uma breve sessão que apresenta diversas siglas de vestibulares pelo Brasil e também do ENEM. Demonstrando que um dos objetivos desta coleção é também servir como referencial bibliográfico para a preparação dos discentes para os vestibulares.

O livro direcionado para as turmas do segundo ano teve um foco maior na análise para este trabalho, por conter a narrativa sobre o processo histórico da “Independência do Brasil” e possibilitar leituras sobre o processo histórico das consolidações da Independência nas províncias. Este livro possui seis unidades e vinte e três capítulos, possuindo uma narrativa cronológica linear sobre os processos históricos; a narrativa sobre o processo histórico da “Independência do Brasil” está no capítulo vinte e um, na unidade seis: *O século XIX no Brasil*. Na apresentação, novamente, foi apontado que a organização dos conteúdos estava atrelada entre histórias globais e histórias do Brasil (IBEP, 2013), mas também possibilitando a comparação de processos históricos e as influências entre essas histórias. Como é o caso dos processos de “Independência na América espanhola”, unidade que antecede o capítulo sobre a “Independência do Brasil” na organização deste livro, possibilitando a realização de contrapontos entre esses processos em determinados momentos.

A organização dos conteúdos desse volume contempla os processos históricos considerados nacionais, principalmente destacando as histórias que são ligadas aos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. A organização deste volume também aponta para um movimento tradicional para explicar os processos históricos no país, no caso, realizando uma narrativa que começa no centro e vai irradiando para as periferias, afirmando uma certa “superioridade” na seleção e organização das histórias da região Centro-sul sob as regiões norte e nordeste. Como

consequência dessa organização, os conteúdos dos livros didáticos tendem a dar maior realce a ideia de histórias nacionais e história restritivamente regional ou local. Sendo assim, os conteúdos que serão “suficientes” para a preparação do discente seguirá a ordem de ser apresentado a história desses centros, como Centro-sul, para explicar os processos históricos do país. Apesar de estar presente ao final dos capítulos dos livros didáticos alguns trechos sobre desdobramentos regionais do processo histórico apresentado no texto principal, devemos nos atentar ao fato de que não existem estímulos nesse espaço escolar para expor assuntos de cunho regional por conta do ENEM, segundo o docente dessa instituição escolar.

O título do capítulo sobre o processo da “Independência do Brasil” é: *Sete de setembro de 1822*. É dedicado a apresentar os personagens e as justificativas da realização deste processo histórico, principalmente construindo uma narrativa apresentando as causas e as tensões em torno do aspecto político da América portuguesa. A unidade nacional será um aspecto importante destacado neste livro para apresentar os desdobramentos da “Independência do Brasil” nas províncias. Na organização deste livro existem boxes para trazer informações complementares sobre a narrativa que foi apresentada anteriormente. Nesta coleção, esses boxes são intitulados de *conexões*, possuindo o objetivo de apresentar reflexões desenvolvidas a partir de outros autores sobre o conteúdo apresentado anteriormente. Sobre o processo da “Independência do Brasil”, Divalte García Figueira selecionou e adaptou para este espaço a obra: *Saga, a grande história do Brasil* (1981). Um dos pontos relevantes é quando trata sobre os processos de consolidação da Independência nas províncias, quando afirma:

A elite agrária desejava que a Independência provocasse o rompimento dos laços coloniais, mas não afetasse a estrutura social e econômica. Além da unidade territorial, era preciso manter a escravidão e a grande propriedade, excluindo do processo político não só os escravos, mas também a grande massa de trabalhadores livres. Para compor esse quadro, era necessário que o príncipe regente assumisse as rédeas dos acontecimentos, impedindo radicalizações e mobilizações populares que levassem à República democrática (*Saga: a grande história do Brasil* APUD FIGUEIRA, 2013, p. 251).

O processo de Independência acarretou focos de insatisfação por algumas províncias. Desta maneira, o fragmento anterior, citado pelo Divalte Garcia Figueira, destaca a necessidade de contenção de mobilizações radicais que possam ameaçar os interesses apontados no trecho acima. Percebam que o trecho citado apresenta a figura de dom Pedro como personagem fundamental para a concretização da Independência e para conter focos de insatisfação, a figura do monarca é destacada em momentos de apresentar a solução dos conflitos, objetivando demonstrar um pilar decisivo para sustentar a unidade territorial. Essa perspectiva segue algo

semelhante à narrativa historiográfica tradicional sobre a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, principalmente ao destacar dom Pedro e o Rio de Janeiro como agentes fundamentais neste processo de consolidação da Independência nas províncias.

Esse momento permite a realização do *link* entre o texto principal e a parte final do capítulo tratando sobre a consolidação da Independência, com o título: *Guerra pela Independência*. O autor apresenta este momento de consolidação da Independência a partir de dois aspectos: a primeira se dirige em apontar um movimento de rápida solução; a segunda, que foram conflitos sem grandes traumas. São dois aspectos que são ressaltados a partir da comparação realizada com o processo de “Independência na América espanhola”, principalmente em apontar longos períodos de conflitos, gerando fragmentação do território. O autor também sublinha a presença estrangeira, no caso a inglesa, como peça importante para concretizar as mobilizações de contenção de focos de insatisfação.

O autor destaca três províncias para exemplificar os dois aspectos apontados anteriormente, conflitos rapidamente solucionados e sem grandes traumas gerados por estes embates. Uma dessas três províncias está relacionada ao Grão-Pará, momento dedicado a apresentar como se deu o foco de insatisfação, as razões e a solução imediata para este problema. Segundo Divalte Garcia Figueira (2013, p. 251):

No Pará, onde a junta governativa era favorável a Portugal, o conflito armado eclodiu no início de 1823 e terminou em agosto do mesmo ano, quando dom Pedro enviou a Belém uma frota comandada por lorde Cochrane e pelo capitão Jonh Pascoe Grenfell.

O objetivo do autor é exemplificar as informações dadas anteriormente em relação ao processo de consolidação da Independência no Brasil. O trecho acima é bem objetivo em apontar que foi um momento de insatisfação que foi rapidamente solucionada, principalmente tendo a contribuição de forças estrangeiras para a concretização da resolução do impasse gerado na região.

Esta narrativa que está presente neste livro didático segue uma linha similar da narrativa contada na página eletrônica ALEPA sobre o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” quando estava sendo apresentada a Data Magna. O texto na página virtual da ALEPA (2019), citado anteriormente, sobre o processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil” também demonstra um processo com tensões, mas a rápida resolução da questão por parte de dom Pedro com auxílio de forças estrangeiras na região. Condiz com a afirmação de Brito (idem) sobre a tratativa da historiografia local sobre este processo, principalmente destacando a participação do Rio de Janeiro na resolução dos

problemas e sem os envolvimento de aspectos locais do Grão-Pará; como também um processo brando e sem perturbações violentas com a Independência e também na anexação do Grão-Pará ao Império do Brasil. Sendo assim, esse volume ao tratar sobre a consolidação da Independência utiliza de uma tradicional narrativa sobre esse processo histórico da “Adesão do Pará à Independência do Brasil”.

Nesse sentido, os conteúdos desse livro didático contemplam o ENEM a partir de uma apresentação de histórias consideradas nacionais, dando destaque a acontecimentos no Centro-sul. Fortalecendo a percepção de que essa região, em especial São Paulo e o Rio de Janeiro, é o centro dos processos históricos nacionais. Ocasionalmente impactando no processo de seleção dos conteúdos visto que os objetivos traçados são direcionados ao ENEM, desta maneira alimentando a ideia de apenas focar em assuntos considerados nacionais, descartando assuntos considerados exclusivamente regionais. Também exerce influência sobre os discentes quando gera a sensação de que deverão dar atenção a certos assuntos para cumprir seus objetivos, principalmente deixando de lado assuntos regionais e locais por existir a ideia de que não serão abordados em processos de avaliações em massa. Desta maneira, o presente-passado do Pará é esquecido na sala de aula, tanto por parte do docente, quanto dos discentes.

Após o texto principal e outros espaços dados para complementar as informações sobre o conteúdo que o usuário deseja apresentar, é reservado o momento de exercitação das informações expostas pelo texto. Este trecho do livro possui a nomenclatura de: *Para sistematizar o estudo*. A sistematização é uma metodologia para a memorização de uma dada informação, principalmente a sua repetição para a fixação daquele conteúdo; este método também serve como treino para a realização dos testes promovidos pela escola e também das avaliações externas, como ENEM. Neste espaço é possível reunir uma gama de exercícios sobre a temática apresentada anteriormente, desde trabalhos em grupo até resoluções de múltiplas escolhas. Como também questões de vestibulares, uma maneira de situar os discentes com os formatos das questões utilizadas nesses processos seletivos. Sendo assim, o livro didático segue o perfil performático ao cumprir o objetivo de preparar o discente a partir da repetição e memorização dos conteúdos para possuir a “capacidade” de resolver as questões que o ENEM apresenta.

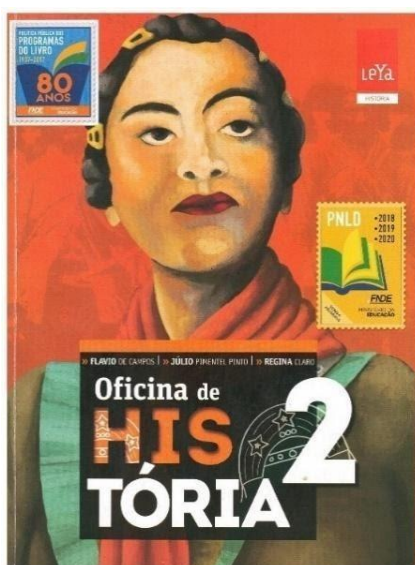
Embora 7 de setembro seja a data oficial que simboliza a independência política do Brasil, em várias províncias a independência só veio mais tarde. Analise o que foram e onde ocorreram as guerras da independência (FIGUEIRA, 2013, p. 252).

Apesar da questão dá um tom de ampliação do conhecimento sobre estes eventos, porém não é algo que mobilize realmente os discentes a realizarem investigações sobre a temática. A razão é por conta que é possível utilizar as informações dadas pelo próprio livro para satisfazer essa atividade. Mas não deixa de ser interessante, pois é a única questão nesta sessão que possui vínculo com o tema apresentado anteriormente. A construção desse volume é semelhante aos objetivos traçados pelo volume da Editora LeYa, principalmente seguindo um perfil performático educacional.

6.2. Análise do Livro didático *Oficina de História*

O segundo volume analisado possui o título *Oficina de História*, pertence a uma coleção produzida pela Editora LeYa no ano de 2016. A Editora LeYa surgiu no ano de 2008, em Portugal, hoje associada a empresa Casa dos Mundos e as Editoras Textos e Pingo de Ouro (LEYA, 2021)¹⁷. Esse volume possui três autores responsáveis, sendo eles¹⁸: Flávio Campos, docente do departamento de História da USP; Júlio Pimentel Pinto, professor associado de História da USP; Regina Claro, na época, era doutoranda na faculdade de Educação da USP, como também atuou em projetos de capacitação de professores da rede pública. São autores acadêmicos, tendo atuação profissional no ensino superior. Ambos os autores, segundo consta no próprio livro, já foram autores de outras produções de livros didáticos e paradidáticos. Essa coleção atendeu a escola Prof. Antônio Gondim Lins anos de 2018 a 2020.

Figura 4: Segundo livro didático da coleção da Editora Leya



¹⁷ A página eletrônica da Editora LeYa apresenta brevemente seu início e também as parcerias atuais com as editoras apontadas no texto. Disponível em: <http://www.leya.com.br/a-editora/> Acesso em: 14 abr. 2021

¹⁸ As informações introduzidas neste texto foram retiradas do próprio livro que optou por apresentar os autores.

Inicialmente os autores apontam que esta coleção, incluindo este volume, está vinculado a um projeto de ensino que visa a estimulação do senso crítico do alunado, possuindo uma proposta de tornar esse momento educacional mais dinâmico e proporcionar uma formação destes alunos para um posicionamento mais crítico sobre a sociedade. Os autores destacam que este volume possui o objetivo de servir como uma ferramenta de formação dos discentes a partir dos conteúdos selecionados de acordo com o projeto construído pelos autores com a editora. Os autores destacam que esta coleção apresenta ferramentas para a preparação dos discentes para os vestibulares e o ENEM. Como é apontado neste trecho (CLARO; CAMPOS; PINTO, 2016, p.3):

São oferecidos roteiros de leitura de textos, imagens e mapas, orientações para a organização de informações factuais, testes, questões de vestibulares e de ENEM e pesquisas na internet.

Desta maneira, a coleção está organizada a partir da construção de um projeto de ensino que cause o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de alunos que terão contato com esse volume. Servindo como um suporte no quesito de preparação dos discentes para a realização de avaliações externas, como é o caso do ENEM. Esse volume segue um perfil performático educacional ao tratar os conteúdos como suporte bibliográfico para preparação para os vestibulares e o ENEM. Esse certame possui uma forte presença nesse volume. Os autores e a editora inseriram *Eixos cognitivos* que são exigidos para esta avaliação externa, como também a *matriz de referência de ciências humanas e suas tecnologias* com o objetivo de demonstrar as habilidades e competências necessárias que os alunos precisam possuir para estarem preparados ao realizarem este certame. O parágrafo que antecede os quadros aponta (CLARO; CAMPOS; PINTO, 2016, p.8):

Os quadros a seguir trazem os elementos indispensáveis para a compreensão das competências, habilidades e conteúdo proposto como referências para o ENEM.

Essa coleção que esse livro didático está inserido demonstra estar alinhado, também, com os elementos necessários para estar minimamente habilitado a realização do ENEM e para outros processos seletivos. Os conteúdos selecionados e inseridos nas narrativas tendem a estar atrelados às habilidades e competências que são exigidos pelas avaliações em larga escala como o ENEM. As avaliações externas influenciam no momento de desenvolvimento da educação, como também na construção, seleção e produção de livros didáticos e outros materiais. Os conteúdos fortalecem o perfil performático de direcionar os seus conteúdos para o ENEM,

mobilizando as atenções dos discentes e dos docentes para a necessidade de trabalhar os assuntos que estão ligados a essa avaliação de desempenho.

A reflexão dos autores sobre o processo histórico da “Independência do Brasil” está localizada no capítulo quatro: *O diabo ronda as colônias*. Este livro foi organizado de maneira similar ao livro anterior no aspecto sobre o evento em questão, como, por exemplo, concentrar em um capítulo os processos de Independência na América espanhola, antecedendo o capítulo sobre o processo de emancipação política brasileira. Uma maneira de realizar comparações entre esses processos históricos relevantes para a região americana, como foi realizado no volume anterior da editora IBEP.

Distintamente ao livro da Editora IBEP, os autores do livro da editora Leya decidiram por apresentar outros processos históricos sobre a consolidação ou as tensões a partir da “Independência do Brasil”. Neste volume foi decidido apresentar essas tensões a partir de dois momentos, com o objetivo de também demonstrar os desdobramentos do evento em questão. A primeira parte trata sobre o conflito travado no Piauí, conhecido como a “batalha do Jenipapo”. Os autores afirmam (2016) que havia preocupação por parte do governo português em ocupar territórios da região Norte. Em relação ao Grão-Pará, os autores optaram por apenas indicar a região, junto do Maranhão, como local ligado às regiões de interesse do governo português. A lógica de começar a narrativa sobre os processos históricos a partir do centro e indo à periferia ainda é presente, consolidando a percepção de destaque sobre as histórias nacionais a partir de processos históricos regionais do Centro-sul.

Ambos os volumes didáticos seguem um perfil performático educacional ao adequar seus conteúdos voltados para as avaliações em larga escala, principalmente se atentando em construir esses volumes direcionados para o ENEM. Assuntos das regiões norte e nordeste tendem a ser descartados do processo de explanação sobre assuntos, principalmente da utilização de processos históricos da região do Centro-sul como história nacional. Contribuindo para o sentimento de desinteresse dos discentes por não enxergarem a necessidade de estudar sobre os processos históricos do Pará dado que não estão inseridos na história nacional, conseqüentemente não atrelados ao ENEM; como também desestimula o docente a trabalhar com essa categoria de conteúdo por conta de “não contribuir” para o objetivo de preparar esses discentes para as avaliações de desempenho. Contribuindo para o esquecimento do “lugar de memória” Data Magna, ocasionando o desconhecimento sobre o processo histórico e sua possível relevância para o tempo presente do Estado do Pará.

Conclusão

A educação, o ensino-aprendizagem e os conteúdos que são selecionados para estarem presentes nas salas de aula possuem influências de diversas naturezas, sejam políticas, econômicas, sociais e culturais. A formação de jovens e adolescentes está atrelado aos interesses postos a partir da organização educacional ligado à perspectiva de um ensino moldado pela performatividade, visando a qualificação destes discentes como mão-de-obra que possuirá qualidades necessárias para atender as exigências do mercado de trabalho e/ou estar adequado para a realização de avaliações em larga escala, como o ENEM.

No texto, apresentamos a globalização como um dos elementos presentes no momento de construção de projetos educacionais locais, a partir de uma dinâmica entre o global e o local na construção de planos para o desenvolvimento do sistema educacional visando o atendimento de metas traçadas para educação, o espaço escolar, os docentes e os discentes. Exemplo disto são as orientações dadas por organizações internacionais, empresas privadas e fundações culturais ligadas à educação para o estabelecimento de objetivos, planos e resultados que satisfaçam a lógica de qualidade educacional ligada à perspectiva econômica. Com isto, se tornou comum a determinação de considerar se o sistema educacional está funcionando ou fracassando a partir de exames de larga escala aplicados por governos locais e por instituições internacionais, como é o caso das avaliações realizadas pelo PISA.

Essas avaliações determinam qualidades e os defeitos de todo um sistema educacional, também servindo de parâmetro para determinar os caminhos a serem seguidos para conquistar resultados satisfatórios que certifica a qualidade da organização da educação de um determinado local, especialmente ao estabelecer *rankings* que apresentam o sistema educacional de cada país a partir dos resultados que conquistaram nestas avaliações internacionais. Além disso, com os exames em larga escala ao nível local, os *rankings* servem como competição entre instituições escolares, sejam públicas ou privadas, para determinar quais são os espaços escolares que possuem a melhor metodologia para preparar os discentes para estes eventos.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é um dos exemplos deste processo performático, onde o desempenho do aluno é determinante no momento de considerar se houve sucesso ou fracasso das metodologias escolhidas para sua preparação. Os resultados são importantes para esta categoria de organização educacional, pois acusa se os planejamentos, currículos, livros didáticos, instituições escolares, docentes e discentes alcançaram as metas estabelecidas. O ensino-aprendizagem é deixado em segundo plano quando o mais importante

é a conquista de resultados satisfatórios nestes processos avaliativos, principalmente para determinar quais são as melhores metodologias aplicadas no espaço escolar para a preparação do discente.

Ao focar as atenções na busca da conquista de bons resultados neste processo avaliativo, os planejamentos educacionais são alterados. Currículos, métodos de ensino e os conteúdos serão afetados pelo desejo de obter sucesso nesses exames. O ENEM foi transformado como ponto de referência para a construção de planos para educação e de aulas para a formação dos discentes, influenciando nos conteúdos que serão selecionados para servirem como aperfeiçoamento dos alunos para estas avaliações. Podemos citar os livros didáticos que foram analisados para esta pesquisa, havendo a disposição destas obras a atenderem as necessidades como materiais de referências para a preparação para estas provas. Com isto, alguns assuntos serão menos utilizados no espaço escolar principalmente se não forem assuntos sem ligações com os exames que os alunos participarão.

O esquecimento da memória nacional diante da globalização a partir da introdução de avaliações em massa é latente em espaços escolares de nível médio, principalmente por conta destes ambientes servirem como preparação para o ENEM e dentre outros vestibulares. Currículos escolares, livros didáticos e os conteúdos selecionados são mobilizados para atenderem um perfil performático cada vez mais presente na educação brasileira. Prejudicando o processo de construções de identidades e memórias coletivas, pois é a partir de eventos locais e regionais que possibilita a localização dos sujeitos diante de assuntos de nível nacional e global. Os processos históricos de uma dada região tendem a perder relevância diante das atenções voltadas para interesses e planos internacionais, que não envolvem quesitos particulares de uma localidade. Além disso, essas avaliações em massa e a preocupação demasiada de atender às orientações e as metas por parte dos agentes locais e internacionais, proporcionam uma padronização dos saberes e do que aprender nos espaços escolares, havendo o desdobramento para o desconhecimento sobre assuntos que não são inseridos nas seleções de conteúdos necessários para adequação de habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho e pelas avaliações em larga escala.

Exemplo disto é a Data Magna do Estado do Pará, que faz alusão a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. Os discentes da escola Prof. Antônio Gondim Lins apontaram o desconhecimento sobre esta data comemorativa, apresentando uma série de respostas incorretas e também incertezas se a data que estavam destacando em suas respostas era a que a Data Magna representava. Nos questionários os discentes acusaram ausências de atividades no espaço escolar sobre o 15 de agosto e sua relevância para as vidas daqueles alunos, havendo aqueles

que confessaram não terem explicações por parte da escola quando não há aula por conta desse feriado. O desconhecimento sobre a data magna e suas aplicabilidades no tempo presente destes alunos é alimentada pela falta de atividades da instituição em apresentar e explicar sobre este feriado, expondo a falta de planejando e interesse por parte da instituição em organizar eventos que possam apresentar o dia 15 de agosto e sua relevância por parte desta efeméride. Demonstrando que o foco desta instituição de nível médio não são as histórias locais, apesar de uma delas ser uma Data Magna, pois o Ensino Médio brasileiro possui suas atenções voltadas para o aperfeiçoamento de jovens e adolescentes para estarem aptos como mão-de-obra para servirem no mercado de trabalho, como também este espaço volta suas atenções a preparar os discentes para a realização de avaliações externas na busca de conquistar resultados satisfatórios para demonstrar a qualidade da escola e servir para o discente ingressar em uma universidade

Referências

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development** (2017). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.
- BARCA, Isabel; SCHMIDT, María Auxiliadora. La consciencia histórica de los jóvenes brasileños y portugueses y su relación con la creación de identidades nacionales. **Educatio Siglo XXI**, v. 31, n. 1, p. 25-46, 2013.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, memória e história local. **Criar Educação**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2013.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 37-49.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. O PNLD de história: momentos iniciais. MAGALHÃES, Marcelo de Souza; RESNIK, Luis; ROCHA, Helenice (Orgs). **Livros didáticos de História: Entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. P. 67-83.
- BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, JAIME (org.). **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 53-93.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 185-205.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei Nº 9.093, de 12 de setembro de 1995*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9093.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

- BRASIL. Ministério da Educação. Inep. Histórico do enem. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enem/historico>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **Viva a Liberté!**: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice (Orgs.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 33-55.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Mercado editorial escolar do século XXI: livros didáticos, apostilas e formação de professores**. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional**, p. 17-31, 2008.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Política e economia do Mercado do livro didático no século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na educação básica nacional. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; RESNIK, Luis; ROCHA, Helenice (Orgs.). **Livros didáticos de História: Entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 83-101.
- CARNEIRO, Verônica Lima. As avaliações standardizadas e o papel do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na etapa final da educação básica. **Revista Exitus**, v. 2, n. 1, p. 217-230, 2012.
- CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004.
- CLARO, Regina; CAMPOS, Flavio; PINTO, Júlio Pimentel. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2016.
- COSTA, Aryana. História local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (Orgs.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 132-136.
- COSTA, Fábio Luciano. A mercantilização da educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v.1, n. 7, p. 01-16, 2011.
- DAMETTO, Jarbas; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Avaliação educacional em larga escala: performatividade e perversão da experiência educacional. **Educação (UFSM)**, v. 40, n. 3, p. 619-630, 2015.
- DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Performatividade e educação: a política das avaliações em larga escala e a apropriação da mídia. **Práxis Educativa**, v. 5, n. 2, p. 131-137, 2010.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: IBEP, 2013.
- FREIRE, William Fonseca. A História da Amazônia e os livros didáticos do Ensino Médio. In: NETTO, Ernesto Padovani (Org). **Historiografia e ensino de história: a sala de aula em questão**. Belém: Amazônia Bookshelf, 2018. p. 131-147.
- FURTADO, Andréa Garcia. Políticas do livro didático e o mercado editorial. **Litteras**, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2017.
- FURTADO, Layse Gomes. **Geoprocessamento e Planejamento Urbano: uma análise espacializada das creches de período integral no município de Ananindeua-PA**. 2019. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Geoprocessamento, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2019.
- HILÁRIO, Rosângela Aparecida. O ENEM como indutor de políticas públicas para melhoria da qualidade do Ensino Médio. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 7, p. 95-108, 2008.
- LOPES, Alice Casimiro; LÓPEZ, Silvia Braña. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. **Educação em revista**, v. 26, n. 1, p. 89-110, 2010.

- MACEDO, Cássia Daiane Silveira de; PAIVA, Kênya Jessyca Martins de. Ensino de História e as Memórias da/na Cidade: Memória e Patrimônio na Educação Básica. **ELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 3, p. 1-18, 2020.
- MARTINS, Eliecília de Fátima; SALES, Norma Almeida de Oliveira de; SOUZA, Cleber Alves de. O Estado, o mercado editorial e o professor no processo de seleção dos livros didáticos. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 20, n. 42, p. 11-25, 2009.
- MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-posições**, v. 23, n. 3, p. 51-66, 2012.
- NETO, Antonio Simplicio de Almeida; SILVA, Diana Mendes Machado da; Escola sem partido ou sem autonomia? O cerco ao sentido público da educação. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Orgs). **Golpes na História e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Editora Cortez, 2017. p. 261-276.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- ORÍÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 128-149.
- PARÁ. *Lei Nº 5.999, de 10 de setembro de 1996*. Disponível em: <<http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo5999.pdf>>, Acesso em: 06 out. 2018.
- PARÁ. ALEPA. Adesão do Pará celebra a Independência e destaca-se como Data Magna no Estado. 2019. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/1885/> Acesso em: 4 fev. 2021.
- PACHECO, José A.; PESTANA, Tânia. Globalização, aprendizagem e trabalho docente: análise das culturas de performatividade. **Educação**, v. 37, n. 1, p. 24-32, 2014.
- RAMOS, Marilú Dascanio; DRI, Wisllayne Ivellyze Oliveira. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 1, p. 71-80, 2012.
- ROCHA, Helenice. Livro didático de História em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice (Orgs.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p.11-31.
- ROCHA, Helenice. Desafios presentes nos livros didáticos de História: narrar o que ainda está acontecendo. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 14, p. 86-106, 2018.
- SANTOS, Lucíola Licínio de CP. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, 2004.
- SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; REZNIK, Luiz; ROCHA, Helenice (Orgs). **Livro didático de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 101-121.
- SOARES, Marco Antonio Neves. O ensino de História presente nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM): A construção do sujeito adequado. **História & Ensino**, v. 8, p. 29-44, 2002.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e sua reforma. In: MACHADO, André Roberto de A; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Orgs). **Golpes na História e na escola: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Editora Cortez, 2017. p. 178-199.

ZANCHET, Beatriz Maria Boéssio Atrib. O exame nacional do ensino médio - O ENEM: uma auto-avaliação para quem?. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 8, n. 3, p. 247-268, 2003.